

teríamos engenheiro, advogados ou médicos desempregados, eu acho que qualificação profissional ela ajuda você a se manter no emprego e a disputar um posto de trabalho, mas só a qualificação não garante o trabalhador no mercado de trabalho..." (Pres.A).

Com o abandono da luta de classes, os representantes dos trabalhadores passam a buscar soluções para os problemas de desemprego e perdas de direito no âmbito do aparelho do Estado (ANTUNES, 1995).

"... o governo está se entregando totalmente, subsidiando empresas multinacionais, quer dizer abriu o mercado e não preparou o empresário, vamos supor o capitalista nacional o autêntico daqui, não formou e não qualificou os trabalhadores, por isso o desemprego, a falência da média, da micro e da pequena empresa, que gerava um grande percentual de empregos no nosso país..." (Pres.B)

A CUT, central do sindicato B, cobra do governo políticas que minimizem as conseqüências dessa situação com adoção de políticas compensatórias, de cunho social e até mesmo com políticas protecionistas a favor dos capitalistas brasileiros (CUT, 1998).

Para a Força Sindical é justamente o contrário, o Estado deve privatizar as empresas estatais, como forma de reduzir o déficit público e assim poder reduzir os impostos, desonerando a produção, para que as empresas vendam mais e empreguem mais trabalhadores (FS, 1993).

Por não conseguirem perceber que é justamente o aparelho de Estado que, aceitando as pressões do capital, legitima, regulamenta e viabiliza esse processo de precarização e flexibilização dos direitos dos trabalhadores, as centrais e os sindicatos passam a participar de fóruns tripartites, onde conseguem, a partir de negociações com as bancadas patronal e do governo, redefinir a alocação de alguns recursos para algumas políticas de interesse dos sindicatos, sendo que o programa que mais tem recebido aporte de recursos, é o de qualificação de mão-de-obra (CUT, 1996) (FS, 1993).

Essa política de participação institucional não dá conta de minimamente estancar o processo de desemprego, quanto mais modificá-lo, serve mais como legitimador das políticas e das reformas que são implementadas (NETO, 1998), porque são políticas emergenciais, patrocinadas pelo governo a partir de orientações de organismos internacionais, determinadas por demandas

conjunturais, e que orientam as disputas e os consensos nos fóruns tripartites, tendo um caráter

" neocorporativo, porque tem no seu ceme a mesma configuração de regulação social presente no corporativismo, ou seja, o entendimento de que são os representantes da relação capital e trabalho mais o Estado que devem e que têm a prerrogativa de definir os rumos das políticas públicas e sociais. Então neste aspecto não se difere muito do corporativismo tradicional que tem por objetivo central - o corporativismo puro - buscar construir espaços onde se possam remover ou neutralizar os conflitos sociais no campo econômico, social e político."<sup>38</sup>

Na verdade, são mecanismos de regulação social que, se de um lado estabelecem uma maior transparência para a política, de outro lado esses conselhos também servem, e tem como objetivo central, legitimar a construção de consensos, capazes de garantir a implementação de determinadas políticas.

"Só que estes consensos não são estabelecidos no interior dos conselhos. Os conselhos vão trabalhar e legitimar consensos já estabelecidos fora deles, porque os conselhos não teriam como estabelecer consensos que estão além de sua representatividade na sociedade. ... os dados apontam que 60% da população brasileira encontra-se no chamado mercado de trabalho informal. Verificando a constituição dos conselhos, dentro desta lógica neocorporativa, os conselhos não representam, pelo menos organicamente, 60% da população brasileira, 60% estão fora do processo de representação. Isto é um problema, porque são estes que representam teoricamente 40% dos trabalhadores brasileiros, do mercado formal, que vão formular políticas que atendam e busquem integrar os outros 60%."<sup>39</sup>

Os consensos têm que ser estabelecidos na sociedade, para depois serem homologados nos próprios conselhos. Para não acontecer o que tem acontecido em alguns lugares, onde os conselhos acabam virando cartórios de captação de recursos, onde os que decidem as políticas são os mesmos que as executam e, portanto, acabam fazendo acordos para a divisão dos recursos entre as suas entidades com representação nos conselhos em detrimento do interesse coletivo. Isso tem acontecido muito no Brasil, e é bastante preocupante ver como se estabelece esse pacto de repartição.

Acontecendo dessa forma o pacto, o consenso, acabam sendo

---

<sup>38</sup> FIDALGO, F. Palestra proferida no Seminário **Tripartismo no Brasil**: alcances e limites. Curitiba - Pr. UFPR Dez/1999.

estabelecidos no interior dessas comissões, impedindo que se faça uma política diferente daquela da repartição pura e simples de recursos entre os próprios interlocutores.

"Eu participei de uma reunião da Comissão Estadual de Emprego de um estado, na qual eles estavam redefinindo a alocação dos recursos, depois do corte que o governo federal impôs ao CODEFAT de 60% dos recursos. O planejamento para 99 destinava em torno de 45 milhões de recursos para aquele estado, mas foi reduzido para 17 milhões. Nessa reunião foi discutido a redistribuição dos recursos em função do corte feito pelo governo. A definição anterior foi feita de acordo com as clientela prioritárias, tanto por cento para empregados, tanto por cento para os desempregados e tanto por cento para autônomos, trabalhadores por conta própria. Na redistribuição os trabalhadores por conta própria foram os primeiros a serem cortados da clientela prioritária porque, efetivamente, era a categoria que não tinha representação dentro daquela comissão. Mesmo a bancada dos trabalhadores que é a que mais discute, defende a perspectiva de que tem que fazer políticas para o conjunto da população, não foi capaz de defender. E não foi capaz de defender porque manter a distribuição de recursos para os autônomos implicaria diminuir recursos, inclusive para as entidades dos trabalhadores e para formação profissional. Os conselheiros agiram naquele momento de forma bastante corporativa."<sup>40</sup>

Isto pode trazer conseqüências bastante sérias para os trabalhadores e sua organização política. Ao organizar e implementar esses fóruns tripartites com essa tecnologia política, da consertação social, sendo apresentados como instrumentos de construção de um bem coletivo, de estabelecimento de políticas de interesse geral, com vícios de representatividade na sua composição, o governo busca na verdade, e tem conseguido, um significativo recuo nas demandas e movimentos reivindicatórios das organizações de representação dos trabalhadores, tanto dos sindicatos, como das centrais sindicais. No plano ideológico, há também uma "trégua" na disputa dos projetos políticos, ou seja, os conselhos também permitem à estrutura política vigente garantir um certo arrefecimento, um amortecimento das contradições políticas e ideológicas. E é nesse vácuo que os consensos acabam sendo construídos. Isso é preocupante do ponto de vista de organização dos trabalhadores.

"O aparente amortecimento das contradições é visto como positivo porque

<sup>39</sup> FILDAGO, F. *Tripartismo no Brasil: alcances e limites*. Op. cit.,

<sup>40</sup> FILDAGO, F. *Tripartismo no Brasil: alcances e limites*. Op. cit.,

este "colchão", amortecedor serve para pelo menos, em alguns momentos, estabelecer uma série de consensos. O problema desta lógica é que ela também traz consigo a perspectiva de que os consensos são sempre conjunturais. Não é possível, nesta situação, buscar consensos estruturantes, os consensos são sempre pontuais, porque não é possível eliminar a disputa ideológica, a disputa por projetos alternativos de sociedade. Não é possível, por mais que a doutrina neoliberal tente eliminar a chamada "disputa ideológica" e, é impossível na sociedade que nós vivemos, eliminar a disputa ideológica. Portanto a possibilidade de construção dos consensos, a única possibilidade, é a construção de consensos conjunturais e não a possibilidade de construção de consensos estruturantes que pudessem estruturar uma política de longo prazo. Como a Sefor/Mtb define como temporárias as políticas implementadas pelo Planfor, como políticas emergenciais, esses consensos são perfeitamente viáveis. Mas esses consensos não são suficientes para pensar uma política de educação profissional efetivamente não-emergencial, de longo prazo. Neste processo de consertação social, de políticas emergenciais, os papéis sociais dos interlocutores políticos - Estado, trabalhadores e empresários - têm sido modificados, como forma de trabalhar os consensos, decorrência do limite da sua representatividade<sup>41</sup>.

O governo acaba transferindo a esta estrutura paritária parte de sua responsabilidade na execução das políticas sociais, ou seja, o Estado acaba renunciando a uma fatia de suas prerrogativas, de seu papel constitucional de atender às políticas de caráter social, num processo de privatização das políticas públicas.

Nesse quadro, os sindicatos confundem intervenção na elaboração de políticas públicas com assumir tarefas do Estado, partindo do pressuposto de que a responsabilidade pela educação não é só do Estado, mas também dos trabalhadores e dos empresários. Ao assumirem com o Estado a parceria de qualificar os trabalhadores, os sindicatos e centrais intervêm em uma área de responsabilidade do Estado, assumindo o papel de educador, desobrigam o Estado de uma de suas responsabilidades clássicas, dando argumentos aos que defendem as reformas e a privatização do ensino.

A Força Sindical e seus sindicatos assumem esse papel de educadores sem questionamentos. Para eles o que interessa é melhorar a qualificação profissional dos trabalhadores, porque só assim se poderá atender às exigências de modernização dos processos de produção e, por consequência, garantir emprego para os trabalhadores (FS, 1997). Assumem o discurso

---

<sup>41</sup> FIDALGO, F. *id.*, *ibid.*,

neoliberal da empregabilidade, de que só a qualificação permanente será capaz de garantir o emprego aos trabalhadores. Reproduzem o discurso de que a precarização do trabalho e o aumento do trabalho informal são causados pela baixa qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, que não conseguem emprego porque não têm a qualificação exigida. Aceitam que é verdadeira a afirmação feita pelos representantes do governo, de que existem vagas, mas não são preenchidas por falta de qualificação dos trabalhadores (FS, 1997).

"...nós hoje sabemos que os nossos cursos de qualificação profissional eles não vão dar emprego diretamente mas ele vai, se o trabalhador está numa fila por exemplo que tem 1000 trabalhador na frente dele, quando ele começa a se qualificar, ele vai ficar mais apto e vai chegar mais perto da porta de emprego" (SecF.A).

Não percebem que o problema do desemprego é estrutural, inerente ao modo de produção capitalista, situação que se agrava em decorrências das transformações causadas pelo atual estágio de acumulação do capitalismo, denominado acumulação flexível.

Acreditam que os cursos de qualificação e requalificação dos trabalhadores serão capazes de garantir emprego para os trabalhadores, desde que o governo adote políticas de incentivo à geração de empregos.

"... mas nós sabemos que para os cursos darem 100% certo, também tem que existir da parte governamental uma política de geração de empregos, geração de postos de trabalho, se não nós vamos começar a qualificar trabalhador e a única coisa que nós vamos ter na mão são desempregados mais qualificados e não desempregados trabalhando" (Pres.A).

Contraditoriamente, a Força Sindical que defende a desregulamentação das relações de trabalho e a negociação direta entre trabalhadores e patrões, a redução da participação do Estado na economia, as privatizações, inclusive da educação superior; chama o Estado na hora de gerar empregos, para dar ocupação aos egressos de seus cursos, pede que o governo intervenha, financiando a geração de empregos, subsidiando os donos do capital (Pres. A).

A CUT e seus sindicatos adotam uma linha de atuação crítica ao assumir o papel de educadores, aceitando que o fazem como forma de intervir de

alguma maneira nesse processo, para evitar que a qualificação dos trabalhadores seja feita sob encomenda para atender às demandas neoliberais do mercado de trabalho (CUT, 1996). Não percebem que, ao assumir o papel de educador, atendem um a dos pressupostos neoliberais, de desonerar o capital do custo de qualificação dos trabalhadores.

"...primeiro que ele resgata a questão da cidadania, valores que às vezes com essa competitividade que está aí, com essa política que está aí, com o desemprego aumentando a cada dia que passa, com essa política do governo do nosso país, a gente vê que os cursos estimulam e recuperam a auto estima desses trabalhadores. Nós achamos muito positivo e já temos alternativa, já temos uma discussão dentro das oficinas pedagógicas de cooperativas e novas frentes de trabalho, isso é um dos fatores que a gente vê que é um incentivo muito positivo... participamos de sessões na câmara municipal, onde esses alunos ajudaram a aprovar um Projeto de Tribuna Livre, onde eles, e mesmo uma associação de moradores, poderia utilizar essa tribuna para fazer intervenções nas políticas públicas. Isso é muito importante porque esse trabalhador está descobrindo o espaço que tem em volta dele e que todo esse espaço ele pode ocupar como seu direito e sua cidadania" (SecF.B).

Acreditam que sua ação como educador será capaz de agregar conhecimentos de cidadania ao processo de qualificação, fazendo com que passem a ter uma conduta mais crítica frente à realidade que sofrem, facilitando assim a organização de movimentos reivindicatórios que busquem melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e que pressionem o governo a adotar políticas de geração de empregos (CUT, 1995).

Tanto CUT como Força Sindical não sinalizam com a possibilidade de que o processo educacional em que estão intervindo sirva como instrumento possibilitador da construção de um processo de educação na busca de um movimento de emancipação de classe. Quando muito poderá melhorar um pouco a situação dos trabalhadores que conseguirem se manter empregados. Nas aulas de cidadania, a Força Sindical esclarece os trabalhadores sobre que é a LER (Lesões por Esforço Repetitivo), o que é uma Carteira Profissional, como ele pode buscar na justiça os seus direitos, no caso do patrão descumprir as leis (SecF.A).

Para a CUT, o ensino de noções de cidadania serve para que os trabalhadores conhecedores de seus direitos os exerçam, cobrando o atendimento de direitos básicos, entre outros, de ter acesso a melhores

condições de segurança no trabalho, a atuar em movimentos comunitários, e a organizar movimentos reivindicatórios. Mas essas ações ficam no limite do institucional, nos marcos da ordem estabelecida, sem sinalizar a busca e construção da sociedade socialista, fraterna e igualitária (SecF.B).

#### 4.3 POR QUE OS SINDICATOS OFERECEM OS CURSOS

O entendimento do porquê esses cursos são oferecidos pelos sindicatos é bastante diferenciado entre os entrevistados, como pode ser percebido na resposta à pergunta - Com que finalidade o sindicato oferece esses cursos?

"Esses cursos que hoje nós estamos fazendo, o curso de informática, por exemplo, com 96 horas, curso de línguas por exemplo são 152 horas, lembrando que todos os cursos da FS nós temos no mínimo 12 horas de cidadania, que é um programa diferente, porque não adianta você formar por formar, você tem que formar o trabalhador e dizer porque que você está formando ele ... e com o desemprego crescente ele possa se habilitar para disputar um posto de trabalho" (SecF.A).

"... os cursos são abertos a toda a comunidade inclusive nós temos trabalhadores que não são filiados a sindicatos que são filiados a nossa central, ... hoje nós trabalhamos e atendemos a toda a comunidade em geral, é aberto para quem quiser, é só fazer a inscrição. Nós fazemos uma seleção depois, para poder instalar, que é a questão de escolaridade aquilo que eu falei da questão de línguas (ter primeiro grau) para você ter todos os trabalhadores num nível pelo menos parecido dentro da sala de aula"(Pres.A).

"Bom nós temos um convênio com verbas do FAT, relação que passa na discussão nos Conselhos Estaduais e Municipais e essa verba do FAT no nosso ponto de vista é a melhor forma de retomar esse dinheiro, que já é do trabalhador, para retomar novamente para os trabalhadores da melhor forma possível ... há uma diferenciação nesse programa que é a intervenção nas políticas públicas, a disputa da hegemonia na sociedade de transformação realmente ... (SecF.B).

"Basicamente foi a própria necessidade que o sindicato viu, já que grande parte da base não tem nem o 1º grau e nem o primário, isto fez com que o sindicato ao saber que a Confederação estava oferecendo o curso, foi em busca para qualificar o pessoal da área." (M1.A)

"... na minha opinião não é papel do sindicato, do movimento sindical dar formação de 1º grau, 2º grau ou seja qualquer formação, mas haja vista a exigência do mercado de trabalho, que os governantes colocam da qualificação de 1º grau principalmente, que é o que mais estão exigindo, e hoje já de 2º grau estão exigindo muito, isto é uma preocupação do movimento sindical e através do FAT, conseguido pela Central, hoje o movimento sindical está qualificando os trabalhadores não só do ramo, porque é aberto para a comunidade o curso de escolaridade de 1º grau e também o curso de informática" (M2.B).

"Primeiro o sindicato tenta de todas as formas resgatar a cidadania perdida dos trabalhadores, porque a gente vê hoje num mundo tão complexo de desemprego, onde

o governo não tem uma política industrial, educacional e nem agrícola, é evidente que nós parte organizada da sociedade nos sentimos na responsabilidade de organizar um projeto alternativo aos trabalhadores e esse projeto não visa apenas à qualificação/requalificação dos trabalhadores, ele visa também o resgate dessa cidadania, porque normalmente quando o trabalhador está desempregado ele é abandonado por todos e principalmente por muitos sindicatos que aí estão, então hoje nós visamos o intuito de reorganizar esse trabalhador desempregado. E esse programa da nossa Confederação, ele vem ao encontro dessa cidadania plena do trabalhador empregado, na eminência de perder o emprego e também daqueles que estão desempregados" (Pres.B).

As respostas dos entrevistados revelam a intenção de através dos cursos aumentar a conscientização dos trabalhadores sobre as causas e efeitos do porquê de ele estar sofrendo a atual situação. É possível perceber que os projetos de educação dos sindicatos não são projetos autônomos na busca da emancipação dos trabalhadores, o que fazem, quando fazem, é aproveitar esse espaço para, de alguma forma, fazer algum tipo de intervenção que sinalize no sentido de uma maior organização dos trabalhadores. Fica evidente, pelo conteúdo das respostas, que os sindicatos oferecem esses cursos a partir de demandas impostas pelo processo de reestruturação produtiva. Reconhecem que o Estado e os empresários se desresponsabilizam dessa tarefa, ao mesmo tempo em que os empresários aumentam as exigências de qualificação e escolaridade dos trabalhadores.

Devido à crise financeira por que passam, em grande parte provocada pelo desemprego causado pela reestruturação dos processos de produção, os sindicatos de trabalhadores e suas centrais, certamente não ofertariam esses cursos, caso não tivessem acesso aos recursos do FAT.

Oferecer os cursos de qualificação/requalificação tem significados diferentes para os sindicatos. Nos casos pesquisados, um entendimento equivocado sobre as causas do desemprego, a não-percepção das conseqüências para os trabalhadores da atual fase do desenvolvimento capitalista tem levado os dirigentes sindicais a defender a participação dos sindicatos na tarefa de qualificar/requalificar os trabalhadores.

A ilusão de resolver o problema do desemprego a partir da qualificação dos trabalhadores reafirma a conclusão do professor Ricardo Antunes de que o movimento sindical no Brasil ainda não percebeu o alcance e as



conseqüências das mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho (ANTUNES 1995).

O não-aprofundamento da análise dessas mudanças leva os sindicatos ao que se pode chamar de equívoco histórico. Para entender melhor o que está acontecendo com a educação dos trabalhadores, é importante conhecer um pouco do que tem pesquisado a Dr<sup>a</sup>. Acácia Z. Kuenzer, da UFPR. O texto a seguir apresentado, embora longo, é elucidativo a respeito do que está em discussão.

"Uma análise superficial das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, certamente levaria à conclusão de que está em curso um processo de elevação generalizada da educação da população, ... Contudo, um debruçar mais cuidadoso sobre os resultados do modelo de desenvolvimento em curso, aponta para outro cenário, que compromete radicalmente a possibilidade histórica de concretização deste discurso: acirramento da dependência externa, predominância de investimentos de caráter especulativo, corrosão dos fundos públicos pela própria natureza da globalização, com os agravantes da sonegação e da renúncia fiscal, para não falar em mau uso e corrupção, tudo culminando com o fechamento de postos de trabalho e com o aumento da exclusão.

Não é por acaso que as pesquisas realizadas no Brasil apontam para a tendência à polarização das competências, através de um sistema educacional que articule formação e demanda, de tal modo que à grande maioria da população assegure-se no máximo acesso à educação básica, fundamental e média, e mesmo assim alongo prazo, para que possa exercer alguma tarefa produtiva na informalidade ou tarefas precarizadas no mercado formal. A oferta de educação científico-tecnológica mais avançada fica restrita a um pequeno número de trabalhadores, e assim mesmo, de forma hierarquizada através de níveis crescentes de complexidade que vão do pós- médio à pós-graduação. Mesmo entre os trabalhadores incluídos vêm se construindo diferenciações, criando-se novas categorias de profissionais qualificados em processo permanente de competição, definindo-se a nova concepção de empregabilidade como resultante do esforço individual e fundada na "flexibilidade" enquanto capacidade para adequar-se a mudanças, mesmo quando significam perda de direitos e de qualidade de vida, como por exemplo, ocorre com a intensificação do trabalho. ...O resultado tem sido a manutenção de uma grande massa de excluídos do sistema de educação regular e profissional, que tende a crescer, caso não haja políticas públicas mais incisivas, com relação ao acesso e à permanência, particularmente de jovens e adultos.

Em virtude do elevado investimento que seria necessário para universalizar pelo menos o ensino médio nos países periféricos, o Banco Mundial tem recomendado que se priorize o ensino fundamental, deixando de investir em educação profissional especializada e de elevado custo como estratégia de racionalização financeira com vistas ao atingimento das metas de ajuste fiscal. Esta recomendação vem respaldada em pesquisa encomendada pelo próprio Banco, que conclui ser o nível fundamental o de maior retorno econômico e ser

irracional o investimento em um tipo de formação profissional cara e prolongada em face da crescente extinção de postos e da mudança do paradigma técnico para o tecnológico.

Ao mesmo tempo, a pesquisa aponta a irracionalidade do investimento em educação acadêmica e prolongada para aqueles que, segundo seus resultados, são a maioria e não nascem competentes para o exercício de atividades intelectuais: os pobres, os negros, as minorias étnicas e as mulheres. Para estes, mais racional seria oferecer educação fundamental, padrão mínimo exigido para participar da vida social e produtiva nos atuais níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, complementado por qualificação profissional de curta duração e baixo custo.

As políticas de educação profissional no Brasil, articuladas às de educação geral a partir de 1996 adotam esta lógica, justificadas pela racionalidade econômica que prevê inclusive o repasse progressivo das ações do Estado para a esfera privada.

Assim é que a prioridade tem sido a universalização do ensino fundamental para a faixa etária correspondente, acompanhada por programas de correção que pretendem regularizar o fluxo idade - série daqui em diante, como forma de não mais se produzir déficit de escolaridade.

A partir deste nível, o Estado se descompromete com a universalização, prevista na Constituição para ser atingida progressivamente, e passa a trabalhar com o conceito de equidade, no sentido de dar a cada um segundo sua diferença, para que assim o permaneça. Assim concebida, a equidade toma a diferença não como desigualdade, mas como atributo natural, próprio do ser humano. Em seus documentos para os países pobres, o Banco Mundial adota este conceito, justificando a inadequação do conceito de universalização, posto que as diferentes competências resultam de atributos "naturais", que não se alteram significativamente através da permanência no sistema educacional. Desta ótica, a universalização significa desperdício, e, portanto, sofisticação imprópria para países em crise, que devem priorizar investimentos com maior possibilidade de retorno (BANCO MUNDIAL, 1995).

Desta forma, para a PEA são oferecidos cursos de qualificação e reconversão profissional, que passam a substituir na prática, a educação básica, embora não seja esta a compreensão do Ministério do Trabalho e do Emprego. Estes cursos obedecem à regulamentação do Decreto 2208/97, que institui o Sistema Nacional de Educação Profissional em paralelo ao Sistema Nacional de Educação. No âmbito destes dois Sistemas, e de forma orgânica, realizam-se as reformas do ensino técnico e médio, com o que foram extintas as escolas técnicas de nível médio. Restabelecem-se as duas trajetórias, sem equivalência, negando-se a construção da integração entre educação geral e educação para o trabalho que vinha historicamente se processando nas instituições responsáveis pela educação profissional, certamente mais orgânica à nova realidade da vida social e produtiva"<sup>42</sup>.

A pesquisa de Kuenzer evidencia a subordinação da educação aos interesses do capital, acirrada sobremaneira na atual fase de desenvolvimento. Mostra também que a educação, a qualificação e o trabalho, sob o capital, são

<sup>42</sup> KUENZER, A.Z. - Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. in: Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, n. 2, v. 25, maio/ago. 1999. p.22

regidos por leis determinadas pelas demandas econômicas, por variáveis políticas, pela forma como se organiza a sociedade e pelo modelo de Estado que dá conformação a essa organização social.

Por não aprofundarem sua avaliação da situação, os sindicatos passam a acreditar que qualificar vai significar o fim do desemprego.

Isto é ingenuidade, afirma o Professor FERRETTI, ao analisar o alcance da política de qualificação profissional implementada no Brasil,

"... não faz sentido cultivar ingenuamente a idéia de que basta as pessoas fazerem cursos de qualificação, que seu espaço no mercado estará de alguma forma acertado. É também importante considerar que uma das conseqüências em termos de emprego e desemprego, ... está articulada com políticas de enxugamento das empresas, para de fato diminuir seus custos e aumentarem a sua produtividade, porque isto também faz parte do modelo que passa a ser utilizado. ... O enxugamento, a terceirização de empregos, ao reduzir drasticamente o número de trabalhadores, que podem trabalhar nos setores formais, produz algo que é a necessidade social de dar conta dessa enorme produção do desemprego, que é uma das decorrências do avanço da tecnologia. É com isto que se lida na educação profissional. A educação profissional e a educação geral, estão postas no país hoje de forma articulada para responder a estas duas pontas. Se responde a ponta da chamada alta tecnologia com investimento em educação profissional técnica e educação tecnológica e de nível universitário (3º grau), para atender às demandas de produção dos setores de ponta, automatizados, sofisticados. O que se observa mais recentemente é que há uma certa tendência, da formação profissional, com o objetivo não da reintegração dos sujeitos ao mercado formal, por que está cada vez mais claro que eles não se reintegrarão ao setor, mas numa perspectiva de fixá-los no chamado setor informal. Esses programas de formação profissional vão fortalecer o que? A formação para o artesanato, para constituição de micro e pequenas empresas, para trabalhar na forma de cooperativas e para que sejam capazes de gerir esses negócios, ou seja, cada vez mais se assegura para essa população excluída dos setor formal a fixação no chamado setor informal de trabalho. Esta é a perspectiva que está colocada para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Com base na seguinte conclusão, a de que o setor formal, só conseguirá abrigar um número cada vez menor de pessoas e altamente qualificado. Portanto é preciso dar conta deste enorme contingente de trabalhadores que não está incluído. Como? Promovendo um processo de educação e de desenvolvimento de um conhecimento, na lógica da reestruturação produtiva com eqüidade. Numa perspectiva que todos encontrem de alguma forma a maneira de trabalhar, ainda que não seja no setor formal, e que encontrem alguma perspectiva de desenvolvimento, de ajuda mútua e de supostamente não exploração da mão de obra." <sup>43</sup>

<sup>43</sup> FERRETTI, C.J. Palestra no Seminário Crise no mundo do trabalho e a educação profissional: com ênfase no Planfor. Curitiba - PR. UFPR - Setor de Educação. Dez/1999.

É nesse quadro descrito pelo Professor FERRETTI que os cursos de qualificação oferecidos pelos sindicatos são implementados.

#### 4.4 PARA QUEM SÃO DESTINADOS OS CURSOS

Os cursos são destinados a trabalhadores empregados, em risco de perder o emprego, desempregados e para membros da comunidade. A oferta desses cursos é orientada pelas demandas do capital, e das novas formas de organizar a produção, seguindo orientação do Planfor/Mtb.

Ao serem indagados para quem são destinados os cursos, os representantes dos sindicatos responderam da seguinte maneira:

"Trabalhador empregado e para trabalhador desempregado, para o trabalhador empregado, e aquele trabalhador em risco de perder o emprego, por exemplo é aquela empresa onde a empresa está investindo e novas tecnologias e o trabalhador está em risco eminente de perder o emprego, e para aquele trabalhador desempregado hoje a gente está voltando para tentar redefinir mais, e partir agora de segunda feira (16/08/99) vamos trabalhar com 13 cursos voltados para serviços, que é hoje o que mais cresce na nossa cidade" (SecF.A)

"Olha principalmente para a base, já que na mudança do mercado de trabalho, a gente prioriza e canalizou para o ramo" (SecF.B)

Os critérios adotados na organização e oferta dos cursos e para a escolha dos candidatos têm como determinantes as necessidades do capital e as demandas do mercado. Pelas respostas anteriores sobre qual a finalidade e com que finalidade os sindicatos oferecem os cursos, apesar das declarações no sentido de não ser esta a intenção, fica evidente que os sindicatos, talvez não por sua vontade deliberada, mas diante das circunstâncias, passam a substituir o Estado no papel de oferecer educação básica aos trabalhadores.

#### 4.5 TEMPO DE DURAÇÃO DOS CURSOS

"Os cursos na verdade ele tem a duração de um ano, são 10 meses relacionados a questão do 1º grau e 2 meses de informática com quatro módulos, e informática não é o básico, é sim um curso aprofundado, onde esse trabalhador sai operador de micro computador, mais apto no seu curriculum para o mercado de trabalho"(SecF.B).

"Esses cursos que hoje nós estamos fazendo, o curso de informática por exemplo com 96 horas, curso de línguas por exemplo são 152 horas ... nós temos curso de inglês ..., os cursos de matemática, desenhos e medição..." (SecF.A).

O tempo de duração dos cursos é definido de acordo com o número de horas/aula que cada sindicato e/ou central sindical, seguindo orientação dos organizadores dos cursos, entendem com suficientes para transferir aos trabalhadores os conteúdos do curso. Não foi possível verificar a partir de que parâmetros esse número de horas/aula é definido.

Para o Professor Ferretti, o tempo de duração dos cursos nem sempre significa que o trabalhador estará mais qualificado. Analisar a carga horária pode ser um importante instrumento de análise da efetividade dos cursos para a vida dos trabalhadores.

"... há autores que tomam a capacitação como apoio a produtividade, dizendo que ela pode melhorar as condições de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, se houver condição de que estas pessoas sejam mais qualificadas. Então qual é o suposto básico que está por trás disto, as pessoas não encontram trabalho por que não são qualificadas e/ou não encontram formas de sobreviver porque não são qualificadas. E aí eu fico pensando nos vários cursos que são oferecidos, bordado, crochê, artesanato, alguns são mais sofisticados com 200, 300 horas, e eu fico me perguntado se a qualificação com que indivíduo sai depois 200, 300 horas, é muito diferente daquela que ele tinha antes de frequentar o curso e, se isso de fato vai criar condições para a melhorar a sobrevivência. Esse suposto de que as pessoas não encontram espaço no mercado de trabalho, porque não são qualificadas me parece uma falácia, até por conta daquilo que eu falei antes, o fato de as pessoas terem mais escolaridade e a melhora depois de um cursos de 300 horas não está garantindo a elas espaço no mercado de trabalho. Portanto, essa é uma questão que precisa ser muito considerada, porque me parece que há uma falácia que é contraditada pelos fatos. Primeiro a expansão da cobertura do sistema educativo não foi acompanhada de incrementos concomitantes na qualidade da educação e que atinge o processo de segmentação da oferta e reproduz as diferenças sociais, ou seja, não basta dizer que é preciso investir mais na educação, abrir mais salas de aula, criar mais escolas. É preciso oferecer educação de qualidade e não me parece pelo que eu vejo em verbas investidas em educação, formação geral, no ensino público, que haja tanta aposta assim no sistema educacional, pelo mesmo governo que defende o aumento da escolaridade como forma de inserção no mercado. O aumento de escolaridade não implica no aumento de maior probabilidade inserção laboral, com eu já disse anteriormente. A formação profissional, em si, não aumenta a produtividade, nem opera como política de inserção social, a menos que implique num projeto integrado de trabalho e educação, que seja acompanhado por uma política estatal de distribuição de renda, e aí gente botou o dedo na ferida. O problema não está em qualificar de uma forma ou de outra e,

geralmente pelo PLANFOR rasteiramente, as pessoas, fazendo supor com isso, que elas encontrarão o seu espaço e sobreviverão. A questão está posta numa distribuição de renda absolutamente injusta e predatória, num país em que se fala cada vez mais em formação cidadã. Como conciliar formação cidadã, com tal forma de espoliação da população, através de um processo de concentração de renda tão brutal como nós observamos no Brasil" <sup>44</sup>.

#### 4.6 A METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino e os conteúdos são definidos a partir de orientações das centrais sindicais à que estão filiados os sindicatos.

Complementando o que é definida nas chamadas equipes nacionais das centrais, os monitores regionalmente contribuem com suas experiências na elaboração de apostilas e do material que será utilizado como suporte das aulas.

"Nós temos uma equipe pedagógica nacional que discute junto com o nosso orientador pedagógico esses cadernos curriculares e a orientação pedagógica direcionada a questão do programa. Os instrutores/monitores também participam da elaboração dos conteúdos, além de ter as reuniões diárias aqui no sindicato, os instrutores como toda a equipe do programa participam de uma reunião do coletivo nacional, que é uma questão de formação, e discutem todos os encaminhamentos dentro de uma realidade de cada estado" (SecF.B).

"... os critérios de conteúdo do curso vêm de São Paulo, a partir de experiências de uma 1ª turma que foi realizada em S. Paulo, que é de 96/97, e o mentor desse programa é um cara de chão de fábrica também, que pensou esse programa, que foi trabalhado pelos técnicos da Confederação, com professores. Em S. Paulo tem uma equipe pedagógica nacional que fica pensando e remodelando, essa apostila de trabalho e tecnologia, ante se chamava reestruturação produtiva, e a reestruturação é o coração do programa ..." (M3.B)

"É política da central nós temos um corpo técnico com sociólogos e pedagogos, são eles juntos com a direção da Central que definem que tipo de curso, que tipo de orientação profissional nós vamos dar para aquela região do Estado. Quando eu falo em pedagogo, é aqui no Paraná. Hoje nós temos lotado lá, lotado na nossa central, nós temos lá médico do trabalho que nos ajuda na aula de cidadania a esclarecer a questão de LER. Nós temos lá pedagogos, aqui no Estado, para definição de todo o nosso material, que nós confeccionamos aqui, é material do Estado e não material da Nacional, 100% do material foi elaborado aqui no Estado. Todo o material que nós usávamos até o ano passado, era material pré adquirido com direito de reprodução. Após o término da etapa de 98 foi sentado com esses instrutores, todo o material de línguas foi confeccionado por essa equipe de professores que estão aqui, eles que

---

<sup>44</sup> FERRETTI, C.J. Crise no mundo do trabalho e a educação profissional: com ênfase no Planfor. Op. cit.,

montaram as apostilas que foi rodada pela Central, toda as apostilas do cursos de informática também foi confeccionada pelos instrutores de informática, como também todo o material que subsidia é todo montado pelo corpo técnico nosso aqui no Estado"(SecF.A).

Os critérios que orientam a escolha dos conteúdos e da metodologia, são sintomaticamente diferentes.

Para o sindicato ligado à FS, a escolha é feita a partir de pesquisa que mostra em qual cidade e os tipos de cursos demandados.

"A Central fez uma pesquisa no segundo semestre de 98 e no primeiro semestre de 99, uma pesquisa no Estado onde nós começamos a ver os nichos de mercado, o mercado de trabalho crescente, mesmo estando estagnado. Nós conseguimos fazer uma pesquisa para ver que mercado de trabalho é crescente. Nós temos cidade por exemplo, onde não tem curso para o ramo, Guarapuava só tem curso de informática, S.J. dos Pinhais está fazendo curso de informática, matemática básica, medição e desenho. Nós detectamos qual é a formação da cidade"(SecF.A).

No sindicato filiado a CUT, a escolha da metodologia e do conteúdo leva em consideração as experiências acumuladas em cada local onde os cursos são ministrados.

"Nós seguimos orientação nacional da Confederação, mas essas experiências ... aqui da sua realidade local, é claro que tem que adaptar a realidade local, inclusive nós temos discussões e a gente leva essas experiências nossas, para discussão nacional ... e essa equipe se reúne uma vez por mês, geralmente, para ver as experiência que estão sendo acumuladas. Nós levamos nossas experiências para essa discussão nacional, inclusive tem experiências nossas, que estão sendo adotadas, que é o caso do laboratório de informática" (SecF.B).

Há diferenciação nos conteúdos que são ensinados, enquanto no sindicato B o conteúdo do curso contempla as disciplinas normais do ensino de 1º grau, outras relativas à qualificação profissional, além de atividades extras que complementam o aprendizado; no sindicato A o conteúdo contempla somente aquelas disciplinas que são pré-requisitos necessários para o trabalhador poder compreender e exercer o ofício que está aprendendo e/ou aperfeiçoando.

"Além das disciplinas normais português, matemática e etc. nós temos a chamada reestruturação produtiva/globalização, mas chamada no nosso caderno curricular de Novas Tecnologias, esta é extra e é o que tem de novo no programa e discute a globalização as mudanças no mundo do trabalho e que está orientando e dando uma visão muita mais ampla para esse alunos..." (SecF.B).

"A gente trabalha além das disciplinas básicas matemática, português, inglês, química, física, biologia, a gente trabalha com aulas extras que seriam a questão da cidadania, visitas a câmara municipal mostrando como funcionam os poderes públicos, visita a museu, mostrando o lado bom da cidade trabalha muita esta questão da cidadania, o resgate da cidadania, trabalhamos intervenção em políticas públicas, como foi o caso da Vila Nova, a gente ainda está colhendo frutos de já, então a gente abre um leque grande para que eles se sintam agentes de transformação da sociedade" (M1.B).

"Hoje nós temos os cursos de matemática básica, nós temos os cursos de medição e desenho que é voltado mais a área da indústria, que pega a indústria de transformação, nós temos cursos de línguas, inglês, que pega toda a categoria, e nós priorizamos o trabalhador no setor de serviço, nós temos os cursos de informática que pega toda a categoria e recente nós começamos com o curso de montagem e manutenção de computadores. Nós não trabalhamos com escolaridade formal nós trabalhamos apenas com cidadania e qualificação profissional" (SecF.A).

Mesmo tendo o controle dos critérios para a definição dos conteúdos, os sindicatos têm encontrado dificuldades para cumprir integralmente o programa dos cursos que oferece, isso se deve principalmente à heterogeneidade do grau de escolarização dos que freqüentam os cursos.

"Cumprir integralmente o programa de cada curso não foi possível por diversos fatores quando se faz o programa para trinta, quarenta alunos e de repente você não consegue atingir os 30, 40 alunos alguns faltam você tem que mudar alguma coisa. Agora a didática e a metodologia a gente tenta colocar do começo, meio e fim, o que você não consegue é atingir o número de trabalhadores, porque as vezes tem problemas, por exemplo, se ele arranja um emprego nós não vamos obriga-lo a não trabalhar para freqüentar o curso. Então a gente tem que adaptar o curso, de repente a gente faz um programa para 40 alunos e só tem 35, tem que mudar alguma coisa durante o curso. Um dos motivos de haver essas pequenas desistência de que eu falei, por exemplo, no curso de língua a gente exige o 1º grau, mas a vezes o trabalhador fez esse 1º grau há vinte anos atrás, esse é o trabalhador que está sendo o maior problema em se adaptar" (SecF.A).

"Integralmente, nós tivemos alguma dificuldade na questão do inglês, porque o aluno tem que ser alfabetizado, e o inglês nós ainda estamos discutindo com equipe nacional para achar uma forma de ver como a gente coloca a disciplina numa forma que permite o entendimento para esse aluno que freqüenta o programa" (SecF.B).

"Uma das dificuldades é que o pessoal vem com bases de escolaridade e informação diferentes, a gente tem pessoas da 5ª, da 4ª, só alfabetizados, etc., mas a gente conciliar tudo isso e fazer com que todos entendam e compreendam o que está sendo ensinado, o que não é tão difícil assim porque a gente trabalha basicamente com o saber do aluno" (M1.B).

"... alguns alunos mesmo passando nos teste, eles não conseguem se desenvolver como nós gostaríamos, mesmo assim eles acompanham até o final do último módulo e aprendem o que foi dado"(Pres.B).



#### 4.7 A PROPOSTA PEDAGÓGICA

A pedagogia utilizada no ensino dos trabalhadores está em desacordo com as novas exigências de qualificação impostas pelo mercado de trabalho.

Os cursos formam os trabalhadores para tarefas específicas, sem conseguir formar o trabalhador multifuncional e polivalente requerido pelos processos de produção flexível. Isto ocorre porque, para aprender os fundamentos das novas tarefas que terão que executar, os trabalhadores precisam ter no mínimo a educação básica; caso contrário, os cursos não dão conta de qualificá-los, no máximo, conseguem treinar esses trabalhadores de maneira fragilizada.

"Na aula de informática nós temos laboratório onde o tempo é dividido em aula teórica e aula prática no laboratório. Os cursos de matemática básica são todos acompanhados com instrumentos de medição, nós temos instrumentos individuais para cada aluno. São na média de trinta a quarenta alunos, nós temos lá um micrômetro e um paquímetro para cada aluno" (SecF.A).

"No curso de manutenção e montagem de computador, também nós trabalhamos com transparência, retroprojetor enfim, nós tentamos colocar no curso, trabalhamos com vídeo em cada sala de aula temos televisão e vídeo, na aula de informática nós temos o computador ligado a televisão onde a tela é maior fica mais fácil para o aluno acompanhar aquilo que o instrutor está passando. Então nós procuramos dotar de toda a infraestrutura para que o curso saia com qualidade e para que mais trabalhador volte a fazer curso conosco" (M1.A).

"... o programa ensina no método de Paulo Freire" (SecF.B).

"A metodologia de ensino do programa é baseada em Paulo Freire, a gente trabalha a partir do saber acumulado do aluno, não é meramente uma transferência de conhecimento para o aluno, a gente trabalha com o saber do aluno, a gente tenta colocar tudo em questão, com muito trabalho em grupo, com dinâmicas que motivem a participação deles, fazendo com que eles participem ativamente do processo, seja na prática, seja teoricamente, os alunos estão sempre participando" (M1.B).

"Veja bem a maioria dos nossos trabalhadores, pessoas e até mesmo universitários, muitas delas não tem a questão da autonomia, elas não sabem andar, elas são dependentes de outras, principalmente as pessoas com quem nós trabalhamos, que são metalúrgicos desempregados ou na eminência de perder o emprego. São pessoas que são muito dependentes elas não sabem caminhar sozinhas, sempre estão na dependência de alguém, dentro do P nós fazemos esse resgate, o resgate da autonomia e mostramos o caminho pra ele mostramos que ele é um ser humano, que ele pode mudar e que não precisa de alguém para estar do lado dele. Ele pode ser auto suficiente, se ele tem problema não conhece alguma coisa ele pode ser um autodidata, pode ir em busca, não precisa ficar atrelado a ninguém, eu acho que isso é uma coisa muito boa do programa é fazer esse resgate, resgatar isso dele fazer com ele seja realmente um ser humano, porque muitos não se consideram, sempre estão ali atrelados ao patrão, com medo de pedir um emprego não sabem se portar. Eles entram com a cabeça baixa e saem com a cabeça erguida olhando os outros de frente, isso é uma grande virtude" (M2.B).

"Na minha formação acadêmica eu não tive nada igual ao que é o programa, nunca tive conhecimento de uma prática como essa que está sendo aplicada, pra mim foi um choque muito grande, não só pra mim como para o professor e para o instrutor, porque é um choque muito grande. Porque vai de um extremo que é o academismo, que é aquela questão das disciplinas básicas e de repente você se vê no outro lado que você desconhecia, e aí você tem que dominar e estudar e correr atrás para você conhecer e poder aplicar. Você tem que estudar muito e você tem que entender, para você colocar em prática, senão você acaba reproduzindo o ensino tradicional que está aí" (M1.B)

"... se você for analisar, dentro da Universidade todas as disciplinas no que tangem a parte de pedagogia, se fala muito, tem muita teoria, mas não se tem prática e aí faz com que você tenha o choque. Aqui não, aqui você tem realmente a teoria aliada a prática e você tem autonomia para ir mudando, porque cada turma cada aluno é um ser diferente, e dentro do academismo da Universidade eles enquadram o aluno dentro da sala de aula, não como aluno mas sim fazendo parte daqueles 40, por isso que hoje nós temos um índice muito grande de evasão escolar. Alunos que vão para a aula e não querem saber de estudar, porque eles não se identificam com a aula. Dentro do nosso programa a evasão é muito pequena, é mínima, e você encontra todos os dias, se você visitar vai encontrar turmas totadas e pessoas que se formaram agora, vem pra cá ainda porque gostam. Porque a gente trabalha indivíduo por indivíduo e não a turma, esse é um dos diferenciadores que faz esse programa ser diferente do ensino tradicional. Valoriza o aluno como sendo um agente de mudança e, não ele sendo um mero espectador como nós temos no ensino tradicional, chega um professor na sala de aula fala um monte da matéria e não esta nem aí se o aluno aprendeu ou não, ou não respeita o saber acumulado do aluno, acha que o aluno só porque tem 14 ou 15 anos não tem conhecimento nenhum. Aqui não, aqui nós respeitamos esse conhecimento, tanto é que a gente espera muito dos alunos, que eles façam, e partir daí a gente reelabora a sua fala e vai discutindo. Isso faz com que o aluno sintase respeitado, e realmente fazendo parte das mudanças dentro e fora da sala de aula" (M1.B).

#### 4.8 AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

A forma de avaliar os trabalhadores que freqüentam os cursos segue mecanismos diferenciados. Enquanto o sindicato A adota a forma tradicional de avaliação, com nota, preocupando-se em qualificar para o trabalho, dentro do gasto previsto na relação custo benefício tão cara ao Banco Mundial, e seguindo as orientações das cartilhas do Planfor, o sindicato B faz a avaliação levando em consideração um conjunto do que poderia ser chamado de conjunto de indicadores de aproveitamento, tanto do aprendizado na sala de aula como também das outras atividades que compõem o processo de formação do trabalhador.

28981/2008

"Nós temos todos os tipos de acompanhamento. Existe uma média nacional onde o FAT exige para ter a certificação, é uma média 7 de aproveitamento e 75% de frequência" (M2.A).

" nós temos aqui, por exemplo, aquele aluno que não conseguiu se qualificar, nós ainda tentamos fazendo uma segunda etapa, por que a nossa idéia é que o trabalhador se qualifique nem que seja preciso gastar um pouco mais daquilo que é previsto. A nossa idéia é qualificar o trabalhador" (M1.A).

"A avaliação é feita, não existe nota, não existe prova. É feita uma avaliação no dia a dia, do que o aluno está correspondendo na sala de aula e porque isso é uma forma de tratar diferente. Nós tivemos uma evasão de 4%, então para segurar esses trabalhadores na sala de aula tem que ter uma metodologia e uma concepção diferente realmente" (M1.B)

"Aqui nós temos muito trabalho, porque cada aluno tem uma pasta, tudo o que ele produz vai para esta pasta, e isto é analisado. Nós sabemos em que nível o aluno está e, como nós vamos poder interagir aluno por aluno, e nessa interação nós fazemos com que o aluno possa ir melhorando dia após dia, tanto na área de português e matemática, como nas outras disciplinas. Isso faz com que a gente tenha uma prática diferente do ensino tradicional, porque nós trabalhamos aqui aluno por aluno, essa é a diferença. A avaliação que nós fazemos não é por nota, eles não tem prova, e não existe nota, porque a gente encara a nota como sendo algo pejorativo, porque o aluno pode não estar bem no dia pode ir mal na prova e ser reprovado, então nós fazemos um acompanhamento, que é por letras, O - ótimo, B - bom, E - excelente, e no final disso, no certificado dele vai isso, frequência e essa questão de avaliação. Por exemplo se o aluno não está indo bem, você não vai dar um zero pro aluno, você vai chamar ele, vai dizer, você não está indo bem nessa área, o que está acontecendo? Aí você vai descobrir, porque você tem uma relação de amizade, descobre que está com problemas em casa, ou na fábrica, ou porque está desempregado, então você entra na vida do cidadão e começa a trabalhar com ele e logo ele está de volta, é trabalhado nesse aspecto a avaliação. A avaliação é do aproveitamento geral do curso, se ele atingiu as metas propostas, se ele não atingiu ele não é um aluno descartável, se ele não está atingindo, a gente vai lá buscar ele, e faz com que ele acompanhe os outros se utilizando de mecanismos diferenciados para cada um" (SecF.B).

A certificação dos cursos do sindicato A é feita pela Central Sindical em parceria com o Secretaria Estadual do Trabalho; no sindicato B por uma instituição de ensino federal conveniada.

"Os certificados nossos são emitidos pela central em parceria com a SERT e quem assina os certificados é o presidente da Central e o Secretário Estadual do Trabalho, até 98 quem assinava os certificados conosco em parceria era o Delegado Regional da DRT." (SecF.A)

"Quem assina e faz a certificação é só o CEFET" (SecF. B).

#### 4.9 QUEM SÃO OS MONITORES DOS CURSOS

As aulas são ministradas por monitores contratados pelos sindicatos e/ou pelas centrais sindicais que estão vinculados os sindicatos pesquisados. É possível perceber critérios diferenciados gritantes para a escolha desses monitores. Enquanto o sindicato A, para contratar os monitores de disciplinas de cunho técnico-profissional, leva em consideração apenas experiência sobre a especialidade, não exigindo uma maior escolaridade e efetivando inclusive como monitores trabalhadores egressos de seus cursos, nos quais o pré-requisito de escolaridade é o primeiro grau para receber uma remuneração de um salário mínimo mensal, por um período diário de 4 horas; o sindicato B exige curso superior e licenciatura plena dos professores, oferece remuneração de R\$ 700,00 por uma jornada de 8 horas diárias, 4 horas em sala de aula e 4 horas de estudos e preparação das aulas. Chama bastante atenção a diferença na qualificação exigida em cada um dos casos.

"Todos os monitores e instrutores são contratados e são funcionários da Força Sindical, tem que ter experiência comprovada. Vamos pegar, por exemplo, os instrutores de informática, nós fizemos o primeiro projeto de informática em 97 na empresa X, hoje todos os instrutores de informática nossos, são ex-funcionários da empresa X, os monitores nossos lá são todos ex-alunos nossos que fizeram o curso e se destacaram, nós reaproveitamos eles e contratamos e já damos empregos àqueles alunos. Hoje nós já temos dez alunos que são monitores e instrutores dos cursos" (Pres. A).

"Para você ter uma idéia os professores de línguas nós temos sete professores de línguas, os sete são formados em inglês na Federal, se formaram agora em Fevereiro, os sete professores, os professores de informática são todos tem uma formação técnica" (SecF. A).

"... os monitores eles são remunerados mas eles trabalham conosco meio período, isso é uma exigência nossa, para que no outro período eles estudem, então nós temos lá 5 monitores, os 5 monitores estudam, trabalham no outro período e por esse período que eles trabalham conosco eles recebem um salário mínimo, o pagamento é mensal..." (SecF.A).

"Nós temos um professor que trabalha as interdisciplinas, e temos dois instrutores, um é trabalhador que é uma exigência nossa dentro do nosso convênio, que era um trabalhador da base e desempregado, com 2º grau, que conhece da reestruturação produtiva, tecnológica e globalização e com conhecimento de chão de fábrica. ...o professor tem que ser formado e com licenciatura plena ... eles são contratados hoje ainda pela Confederação ... nós temos o salário do orientador pedagógico que é de R\$ 1.000,00, e os instrutores e professores tem um salário de R\$ 700,00 mensais, com

jornada diária de 8 horas, 4hs. em sala de aula e 4hs. em estudos e na preparação das aulas"(SecF.B)

#### 4.10 AS CONDIÇÕES MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DOS CURSOS

Em relação ao local, infra-estrutura e material didático é necessária uma avaliação melhor por especialistas da área, fugindo do objeto desta pesquisa.

O espaço físico, principal, onde são ministradas as aulas, pertencem aos sindicatos. A disponibilização do local, pelo sindicato para a realização das aulas é uma contrapartida exigida pelo Planfor na assinatura do convênio. O sindicato A faz parcerias com outras entidades, para a utilização de espaço para ministrar alguns cursos como pode ser percebido nas respostas.

"Hoje nós temos uma parceria com vários Sindicatos por exemplo nós temos cursos de inglês que são dados no sindicato e no sindicato do comércio, os cursos de matemática, desenhos e medição são dados no sindicato, os cursos de línguas eles são dados num espaço cedido pelo vereador X e os cursos de manutenção de computadores é numa escola que nós temos... o sindicato não paga aluguel a única coisa que nós pagamos é despesa de água, luz telefone, que é a despesa normal, nós não temos custos com local, todos os locais são parceira com entidades sindicais filiadas a FS" (Pres.A).

"O local é do sindicato, na sua sede própria e não há despesas com custo de local." (SecF.B)

O convênio com o Mtb/Planfor custeia o fornecimento do material didático, além de dois vales-transporte nos dias de aula e um lanche para os trabalhadores durante o período do curso. Fica por conta dos sindicatos o fornecimento da infra-estrutura, como telefone, secretária, pagamento de contas de luz e água.

"... o trabalhador que frequenta os cursos tem todo o material didático fornecido gratuitamente e é formulado pela nossa equipe pedagógica nacional (Pres.A).

"A infra-estrutura é do sindicato e o material didático é tudo feito com o dinheiro do FAT(Pres.B).

"... nós temos um laboratório de informática que é aberto para a comunidade, que é a contrapartida do sindicato no convênio. Desde os computadores e toda a mobília foi custeado pelo sindicato e não há cobrança de qualquer taxa das pessoas da comunidade. Temos dois instrutores no laboratório de informática e temos quatro turmas diariamente com cento e vinte alunos que são da comunidade e de outras entidades e sindicatos. Hoje nós temos alunos soldados da PM, principalmente para os

jovens e trabalhadores desempregados é totalmente gratuito. Não é cobrado nada dos trabalhadores, inclusive o curso é inteiramente gratuito, além de ser gratuito eles recebem também o material, inteiramente gratuito, vale transporte, 2 vales por dia, ida e volta e ainda tem um lanche no intervalo de aula(M1.B).

"O material didático é fornecido pelo sindicato, como também a infra-estrutura, toda a infra como computador, divisórias, água, luz, telefone, tudo é fornecido pelo sindicato..." (Pres.B).

"O material didático de todos os cursos é fornecido pela FS tanto o material didático, para ressaltar todos os nossos cursos os trabalhadores recebem o vale transporte e recebem lanche, agora a estrutura as entidades colocam a disposição, com uma pessoa para atender os cursos, para administrar, é uma parceria com os filiados a Central no Estado (SecF.A).

Não há cobrança de taxas e/ou mensalidades dos trabalhadores que freqüentam os cursos.

"Não, os cursos para eles é totalmente gratuito, lembrando que além do curso ser gratuito todo o material didático, vale transporte e lanche é gratuito, a única coisa que nós colocamos para eles que é gratuito é não é, porque aquilo ali ou ele paga ou o pai dele paga, quem está pagando imposto já está pagando aquele curso, aquele curso está voltando para ele de alguma coisa que os seus familiares ou nós enquanto cidadão já estamos pagando pra o governo é só um retorno para ele"(SecF.A).

"Não, é absolutamente tudo gratuito sem custo nenhum" (SecF.B).

"Não é cobrado nada, é totalmente gratuito, desde o P em sala de aula até o que se estende para a comunidade, como as aulas de informática, com 3 turmas, tudo é gratuito" (M2.B).

"Não, nem podemos cobrar por termos essa parceria e, os recursos vindos do FAT visa exatamente o trabalhador ter a sua requalificação/qualificação sem cobrança nenhum de qualquer taxa"(Pres.B)

#### 4.11 ORIGEM DOS RECURSOS PARA CUSTEAR OS CURSOS

Os cursos são totalmente custeados com recursos do FAT, exceto a contrapartida exigida dos sindicatos, como o local e a infra-estrutura e são repassados aos sindicatos diretamente, ou através de suas centrais sindicais. Esses recursos inclusive custeiam a formação dos monitores e viagens de aprimoramento.

"Hoje, os nossos cursos, eles são todos em convênio com o FAT, todos eles, e novos cursos aqui no Estado pela primeira vez vai ser numa parceria com o Estado, com a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, mas com recursos também oriundos do FAT. Todos os cursos que nós fazemos aqui no estado hoje são oriundos do FAT (SecF.A).

"Além do convênio com o FAT, não temos outra fonte de recursos, para custear os cursos ..." (SecF.B).

No caso do sindicato A filiado á CUT, há convênios da CUT, em nível nacional, com instituições de ensino superior (USP, UFRJ, etc.) para a elaboração e estruturação do curso. Nos dois sindicatos há convênio para a certificação, mas não para a realização dos mesmos, no que se refere a ministrar aulas. Os convênios são pontuais sobre assuntos específicos, como, por exemplo, com o DIEESE sobre assuntos e dados econômicos.

"O convênio mesmo é feito com a Secretaria de Estado de Empregos e Relações do Trabalho, com verbas do FAT. Os nossos parceiros que é assim que chamamos, um deles é o CEFET, que certifica, estamos buscando parceria com a Universidade de P. Grossa e temos a CUT e as Escolas Sindicais da CUT que são nossos parceiros nesse Programa "(SecF.B).

"... não seria um convênio, nós chamamos de parceiros; parceria nós temos com o CEFET "(M1.B).

"Não o único convênio nosso é com o FAT, esses cursos nosso que nós iremos começar agora no dia 16/08/99, nós vamos ter um convênio com o DIEESE que vai entrar para falar sobre políticas de emprego, falar sobre situação atual do mercado de trabalho ... e nós temos uma parceria também com o IDEHA (Inst. Defesa Direito Humanos) é este Instituto que dá para nós as aulas de cidadania é um parceiro nosso desde 98 (SecF.A).

Os sindicatos desconhecem quem deve, legalmente, fazer a fiscalização e acompanhamento dos cursos. Para o SecF. A, do sindicato A, segundo informação não oficial, quem teria que fazer a fiscalização seria a UFPR; na verdade essa responsabilidade é das universidades Estaduais; no caso do sindicato B, segundo o SecF.B, é o CEFET quem faz o acompanhamento, havendo nesse caso um equívoco, porque o CEFET faz o acompanhamento pedagógico e não de fiscalização.

"A instituição de ensino que faz todas as avaliações dos cursos de qualificação aqui de Curitiba é a UFPR, era ela para fazer a avaliação mas nós ainda não sofremos nenhum tipo de avaliação dentro desse ano de 99 e muito menos 98 é uma coisa em que a Universidade peca ela falha nós temos esse programa a três anos e até agora em nenhum momento a universidade veio falar conosco até agora SecF.A).

"Aqui quem acompanha é uma pedagoga do CEFET, que é o nosso parceiro e quem certifica os cursos, o acompanhamento de sala de aula das disciplinas é feito por uma equipe do CEFET (SecF.B).

No que se refere à fiscalização e acompanhamento dos cursos, é evidente o completo desconhecimento dos sindicatos sobre o Projeto de Avaliação do PEQ - Plano Estadual de Qualificação, no qual consta como de responsabilidade das Universidades Estaduais esta tarefa.

#### 4.12 A AVALIAÇÃO QUE OS SINDICATOS FAZEM SOBRE OS RESULTADOS DOS CURSOS

As avaliações dos sindicatos sobre os resultados dos cursos são as mais otimistas possíveis. Cada um, a partir da avaliação e do entendimento de qual seja a finalidade dos cursos que oferecem, acreditam que cumprem e cumpriram os objetivos de qualificação/requalificação, e os entendem como suficientes para dar aos trabalhadores condições de se manter no emprego e/ou buscar um emprego.

No caso do sindicato da CUT, entendem que, além da qualificação, o curso conseguiu formar uma consciência de classe naqueles trabalhadores que freqüentaram os cursos, e com isto torná-los agente de transformação social.

"Olha a nossa maior avaliação, é que nós não fazemos uma avaliação para o sindicato e para a central, a avaliação que nós fazemos é para o trabalhador. Nós hoje sabemos que os nossos cursos de qualificação profissional eles não vão dar emprego diretamente, mas ele vai se o trabalhador está numa fita por exemplo que tem 1000 trabalhador na frente dele, quando ele começa a se qualificar ele vai ficar mais apto e vai chegar mais perto da porta de emprego..."(SecF.A)

"Olha a nossa avaliação é a mais otimista possível, nós percebemos que esses trabalhadores que freqüentaram, de uma forma ou de outra, não só na sala de aula, como nos laboratórios das oficinas pedagógicas que é uma extensão, extra sala de aula e também no laboratório de informática que aberto a toda a comunidade nós sentimos que a nossa vida mudou. Sentimos a relação positiva que tem esse programa, primeiro que ele resgata a questão da cidadania, valores que as vezes com



essa competitividade que está aí, com essa política que está aí, com o desemprego aumentando a cada dia que passa, com essa política do governo do nosso país, a gente vê que os cursos estimulam e recuperam a auto estima desses trabalhadores. Nós achamos muito positivo e já temos alternativa, já temos uma discussão dentro das oficinas pedagógicas, de cooperativas e novas frentes de trabalho. Isso é um dos fatores que a gente vê, que é um incentivo muito positivo desse programa, que vem dando resultado, que vem realmente ajudando os trabalhadores; nessa nova forma de política hoje que trata totalmente da exclusão social e, nós estamos recuperando isso de volta" (SecF.A).

"... a gente faz com que ele perceba que ele é agente de mudanças, e se ele quer mudar alguma coisa dentro da sociedade junto com o coletivo, ele pode mudar. Um exemplo muito bom que nós temos é o da Vila Nova, é uma vila onde havia problemas com o lixo, olhos de água poluídos, água contaminada, água cortada, inclusive a Sanepar que foi privatizada, ia cortar a tarifa social no Paraná inteiro. Nós formulamos um questionário para os alunos, levamos eles até lá, eles conheceram a realidade da favela, nós pegamos o resultado dessa análise e levamos para a Sanepar em Curitiba e aí conseguimos com que a Sanepar voltasse com a tarifa social, não só em P Grossa, como em todo o PR.. Não foi uma conquista local da favela, extrapolou o município, se ampliando para o Estado. A partir disto o pessoal se mobilizou e pressionou a prefeitura, agora está sendo construído o asfalto na favela. Ao lado dessa favela tinha um parque que recebe ICMS ecológico, e estava sendo destruído pelos moradores da favela porque não tinham dinheiro para comprar gás, então adentravam o parque para cortar árvore para fazer lenha, é um parque de 4 alqueires, e nós entramos com uma solicitação no IAP e na Prefeitura exigindo, e agora estão fazendo um alambrado em volta do parque inteiro e vão colocar guaritas e vigilantes lá para cuidar, então tudo isso são conquistas que o curso conseguiu, e nós ainda estamos colhendo conquistas, o trabalho não parou."(M1.B).

"Essa 1ª turma que a gente formou, no dia 02 de Julho/99, eles saíram daqui, não vou dizer que eles saíram crânios em português e matemática, até porque é 10 meses e não dá para trabalhar essa questão, mas a gente tentou resgatar, principalmente no desempregado a auto estima, que foi resgatada. Trabalhamos muito a questão da cidadania deles, porque esse pessoal vem para cá sem um conhecimento do que é ser cidadão. Incentivamos a participação na Câmara de Vereadores, na qual ele jamais tinham pisado, onde puderam participar, inclusive com intervenção social nas políticas públicas. A gente tem uma atividade aqui do programa que é extra classe, que é o laboratório pedagógico, ... isso só foi possível a partir das aulas de cidadania, isso a nosso ver é uma intervenção nas políticas públicas"(M2.B).

"os resultados são surpreendentes, é importante frisar que nem Sindicato e nem a confederação são escolas, nós não queremos de maneira nenhuma estar no lugar da escola ou mudar o ensino convencional pelo nosso ensino. O que nós estamos tentando fazer, e com isso até mudando um pouco a metodologia do ensino convencional, porque o ensino convencional ele não serve mais para trabalhador e para crianças, tem que ser repensado. A gente vê isso no momento em que os alunos vislumbram um amadurecimento, um aperfeiçoamento em sala de aula, que ele nunca iria ter lá fora, porque aqui o que nós trabalhamos é o saber acumulado do trabalhador, então toda aquela experiência de vida, ele vem para a sala de aula tanto para aprender como para ensinar, talvez mais ensina do que aprende. No momento que ele vislumbra trazer uma nova forma de experiência, aprendendo a experiência com o outro companheiro, ensinando a experiência que ele tem ao outro companheiro, ele passa a sair daqui com uma visão totalmente diferente que ele tinha antes, e nessa visão diferente ele sai como um ator crítico da sociedade, para coisas que ele não via antes.

Esse programa é tão audacioso, porque ele mostra ao cidadão aquilo tudo que estava escondido dele, tanto as questões políticas partidárias, quanto a cultura de um povo, país ou cidade, como também os lugares históricos. Um exemplo aqui em P. Grossa, a maioria dos nossos trabalhadores, e nós formamos 53, apenas 5 haviam ido uma única vez numa câmara municipal, os restantes passaram a perceber que eles eram agentes fundamentais naquele processo que se passa em sua volta. Eles passaram hoje a integralizar esse novo conceito de cidadania, de política e pedagógico que ele tem em sala de aula. Tem lugares turísticos em nossa cidade que o trabalhador nasceu aqui, alguns com 50 anos, que eles nunca tinham ido visitar qualquer lugar turístico da cidade, então ele passou a resgatar aqueles momentos históricos e culturais da cidade. Conhecer uma peça de teatro, fazer a peça de teatro, organizar pesquisas, a fundamentar condições do próprio trabalho, da metodologia de ensino. O curso, é difícil até a gente falar dele, porque ele é tão complexo e ao mesmo tempo é tão audacioso, que cada dia ele tem coisas novas e diferentes. Haja visto que a evasão de sala de aula, que dos 60 que começaram apenas 3 desistiram, então a evasão é muito baixa de 3% a 4%, isso quando se dá (Pres.B) .

#### 4.13 QUANTOS TRABALHADORES JÁ FREQUENTARAM OS CURSOS

Essa questão chama a atenção pela falta de controle sobre o número de trabalhadores que freqüentaram os cursos. As respostas são inconclusas porque não respondem objetivamente à pergunta. Era de se esperar que houvesse algum tipo de controle, até como forma de se comprovar junto ao Mtb a realização efetiva dos cursos que foram organizados e implementados com os recursos públicos liberados com essa finalidade.

"Com esse programa nosso que começou em 1997, foram 1500 alunos em 97, 4600 alunos em 98, esse ano(99) agora até o final de setembro vão ser 3600 alunos e a nossa meta até final de dezembro vão ser 6000 alunos em 99. Se nós somarmos esse três anos vai dar de 14000 a 15000 trabalhadores nesses três anos de trabalho. ... os cursos de telemarketing, aperfeiçoamento para secretárias, ... todos esses cursos vão gerar no Estado 3070 novas vagas pra os cursos de qualificação, sendo que aqui em Curitiba são 910 alunos " (Pres.A).

"Olhe nós temos estimativas de que no ano passado até dezembro, são 60 os alunos formados, mas nós temos oficinas pedagógicas que discute com a comunidade e os números exatos eu não tenho..." (SecF.B).

Não há controle também sobre a situação dos egressos dos cursos, quanto a sua permanência no emprego ou na conquista de um novo emprego. As informações são de que levantamentos estão sendo feitos, mas não há informações documentadas e possíveis de serem verificadas, sobre o resultado efetivo dos cursos na vida dos trabalhadores.

"Olha a nossa maior avaliação é o trabalhador que consegue se manter no emprego. Nós começamos a fazer uma pesquisa agora em 98 e 99. Essa pesquisa deve estar concluída até o final de 99 ou começo do ano 2000, mas nós sabemos que a manutenção nos postos de trabalho tem sido muito grande. Em percentual nós só vamos ter no término dessa pesquisa que nós temos na categoria hoje" (SecF.A).

"Nós temos um dado estatístico na sala de aula. Na primeira turma que teve na questão do ensino fundamental nós tínhamos 50% de alunos que eram empregados, ou que a gente dentro do programa chama em risco de perder o emprego. Nós estamos levantando esses dados, esta clara estatística nós não temos. Nós estamos acompanhando, já que eles saíram recentemente da sala de aula, e nós estamos acompanhando e aguardando o retorno desses trabalhadores. Estamos discutindo com eles uma forma de cooperativa ou novas frentes de trabalho e renda (SecF.B).

A preocupação com a qualificação é sempre colocada como sendo de grande importância para os trabalhadores e para os sindicatos. Mas não basta apenas qualificar, é importante algum tipo de acompanhamento após o término do curso de qualificação, para que se possa ter conhecimento do que aconteceu com esses trabalhadores: se continuam empregados, se houve melhora na sua condição de trabalho; os que estavam desempregados, se conseguiram empregos, etc. É possível perceber, pelas respostas que os sindicatos não tem, pelo menos por ora e prontos, instrumentos que dêem conta de medir e quantificar efetivamente o impacto e resultados de seus cursos para na dos trabalhadores.

"Nós estamos com uma pesquisa em campo. Estamos em contato com o trabalhador, mandando carta pedindo para nos devolver. Nós estamos até contente com o número de correspondências que está voltando, é maior daquilo que a gente esperava e está voltando com resultados. Aquele cara que estava desempregado, está dizendo que já arranhou emprego, mesmo que não seja com carteira assinada, mas o emprego já esta começando a aparecer"(SecF.A).

"Não temos quantificado, estamos pesquisando, mas nós fazemos um encontro mensal com todos os alunos que já se formaram, independente de estar no mercado de trabalho ou já saiu. Pra a gente ter concretamente, uma análise desses trabalhadores, para ver se eles têm alguma forma de trabalho e renda e se estão no mercado de trabalho ou não, então é um encontro mensal com esses alunos, que é chamado aqui no sindicato todo mês " (SecF.B).

"Nós temos um acompanhamento da seguinte forma, nós temos alunos, por exemplo, que estavam empregados e pediram a sua demissão para trabalhar com outra atividade, caso do S., caso do N.F., que saiu da fábrica para trabalhar com apicultura,

saiu de um extremo e foi lá pro outro, porque não agüentava. Tivemos pessoas que estavam desempregadas e através do curso concluiu o 1º grau e tudo mais, conseguiu ter o seu emprego, o seu posto de trabalho. Esses alunos que foram certificados agora nós montamos um programa que todo mês eles vão se reunir com a gente, dia 26/08/99 nós vamos ter uma confraternização entre os ex e o novos alunos. Os ex vão falar para os novos, o que mudou na vida deles depois que saíram do curso. Qual é objetivo do curso e o que esta acontecendo na vida deles. Então eles é que vão dar uma mini palestra para os novos, contando a experiência que eles tiveram e o que mudou na vida deles, então a gente faz um acompanhamento mensal deles. Uma grande parte vêm sempre no sindicato, porque a nossa relação não é de professor aluno, a nossa relação é de uma família mesmo, de amizade" (M1.B).

#### 4.14 QUEM SÃO OS ALUNOS QUE FREQUENTAM E POR QUE FIZERAM OS CURSOS

TABELA 3 PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS

ALUNO	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	GRAU ESCOL. Antes do curso.
AL1A	28	Masc.	Casado	1º Grau incomp.
AL2A	36	Masc.	Casado	Alfabetizado
AL3A	52	Masc.	Casado	Alfabetizado.
AL1B	37	Masc.	Casado	7ª série 1º grau
AL2B	44	Masc.	Casado	Alfabetizado
AL3B	39	Masc.	Casado	Alfabetizado

FONTE: Pesquisa de campo. Ago/99.

Os trabalhadores que freqüentam e freqüentaram os cursos, deles tomaram conhecimento das mais diversas formas: via boletins dos sindicatos, através de colegas, diretores dos sindicatos e vereadores; mas, pelas respostas, é possível perceber que, de uma maneira geral, todos tinham algum grau de proximidade com pessoas ligadas aos sindicatos. Há nesse caso um processo de exclusão de trabalhadores que possam ter uma necessidade mais imediata de fazer os cursos, pelo fato de não serem próximos a alguém com o controle dessas informações.

"Eu sou sócio do sindicato e trabalho no ramo, os meus amigos estavam fazendo esse curso e me informaram, daí eu vim fazer"(AL1A).

"Esse curso eu fiquei sabendo através do..., que é vereador, ele conhece a minha esposa e avisou ela desse curso. Daí eu vim aqui no sindicato e falei com eles e daí eles arrumaram esse curso pra mim" (AL2A).

"Porque eu trabalhava em uma empresa na época e eu tinha conhecimento com o sindicato e era sindicalista, então se ajeitou essa oportunidade graças a Deus, então a gente aproveitou essa ocasião e tentou poder estudar, porque eu não tinha nem o 1º ano." (AL3A)

"Foi através do sindicato mesmo, na porta de fábrica, eles levaram folhetos divulgando o curso. Daí vim aqui me informar bem certo a respeito e acabei entrando no curso, aderindo as vantagens." (AL1B)

"Eu fazia parte da Diretoria do Sindicato e já sabia que o curso viria para cá, e tomei conhecimento da época através dos colegas, e sem dúvidas vim fazer esse curso." (AL2B)

"O pessoal do sindicato me informou do curso, aí eu vim fazer o curso apesar de estar há muito tempo sem estudar, aí surgiu essa oportunidade para estudar e eu acabei fazendo o 1º grau completo." (AL3B)

Em suas respostas os trabalhadores revelam que o motivador para que fizessem o curso foi a busca da escolaridade de 1º grau, em momento algum eles se referem à questão da qualificação/requalificação profissional, buscam na verdade a escolaridade.

"O que motivou é que hoje a pessoa precisa de estudo, hoje com estudo já é difícil, agora sem estudo é muito mais difícil, e isso me incentivou a procurar e estudar" (AL1A).

"Eu tinha que fazer o curso porque eu não tinha o 1º grau, e hoje em dia estão pedindo o 1º e o 2º graus completos, como eu não tinha então pela oportunidade que eles me deram aqui, eu fiz esse curso" (AL2A).

"Porque eu era analfabeto, então eu entrei na empresa e na época não exigia que a pessoa tivesse estudo, como eu fiz um teste lá e eles acharam que eu devia ter a terceira série, por aí, então me passaram, e como o serviço na época era de máquinas mais simples, manual a maioria então eu podia trabalhar, agora como hoje é moderno, se fosse para mim entrar hoje, mesmo agora com o primeiro grau completo, já seria difícil"(AL3A).

"Foi a necessidade de fazer o 1º grau pelo menos, que por mais que você tenha conhecimento, experiência do trabalho no dia a dia, falta algo mais"(AL1B).

"Sem dúvida nenhuma foi por causa de escolaridade, porque eu não tinha o 1º grau ainda e com a idade que a gente tem mesmo estando trabalhando a gente não sabe o dia de amanhã, por isso a gente tem que buscar mais escolaridade mais aperfeiçoamento para o dia de amanhã"(AL2B).

"Só o 1º grau já é pouco, eu não tinha nem o 1º grau, eu tinha que ter algum estudo, mais conhecimento"(AL3B).

Os trabalhadores esperam que os cursos facilitem a sua permanência no emprego e os que estão desempregados, alimentam uma expectativa muito grande de que os cursos os auxiliem na busca de um novo emprego.

"Atualmente eu trabalho, mas se não estivesse trabalhando, eu acho que o curso ajudaria eu arrumar outro emprego. Melhorou bastante a minha chance de arrumar emprego"(AL1A)

"Sim em parte sim, eu vou ter mais qualificação vou ter mais um grau de estudo, espero que me ajude, se não fosse esse curso eu não poderia estar fazendo mecânica hoje, que é no CEFET. Se não tivesse feito o curso no sindicato não poderia estar fazendo o curso de mecânica. - Para fazer o Curso de Mecânica você tem que ter o 1º grau ? Exatamente"(AL2A).

"Eu me aposentei, e acho que se fosse procurar outro emprego ajudaria muito, porque eu trabalho por conta agora, ajudou bastante, porque me ajuda aperfeiçoar como o curso de informática que eu fiz, hoje eu posso comprar um computador e ter ele em casa e que me ajudaria. ... Então se eu tivesse que arrumar um novo emprego o curso certamente ser um caminho melhor, porque com idade que eu estava, com 52 anos, seria difícil arrumar emprego e também de estudar"(AL3A).

"... atualmente e eu estou desempregado por causa da falência da empresa, mas esse curso está me ajudando muito, porque a gente está montando uma cooperativa, e a gente precisava muito de estudo, e esse curso esta ajudando muito, muito mesmo, então eu acho que é um passo e bom caminho andado com esse curso, se não tivesse esse curso já se tomaria bem mais difícil, porque nesse curso a gente apreendeu muitas coisas, foi o que mais a gente aprendeu, foi um curso ótimo"(AL1B).

"Eu estou trabalhando, mas se estivesse desempregado eu acho que ia me ajudar a arrumar um emprego"(AL2B).

#### 4.15 DO QUE FOI ENSINADO, O QUE FOI MAIS IMPORTANTE PARA OS TRABALHADORES.

Além do aprendizado dos conteúdos do 1º grau, os trabalhadores consideraram muito importante o aprendizado de noções de cidadania, o aprendizado de informática e noções de política.

Um dos entrevistados fez um relato importante sobre a metodologia de ensino utilizada que trabalha com o saber e as experiências dos alunos.

"Para mim a coisa mais importante no curso foi a maneira como eles ensinaram a gente, cada vez que tinha uma pergunta a gente era provocado para dizer o que a gente sabia sobre aquilo e como tinha aprendido. A gente descobriu que apesar de ser peão, conhecemos muitas coisas, então eu notei a diferença deles ensinar e como os professores ensinam os meus filhos. Eu tenho 3 crianças na escola, então eu vejo, eles chegam para mim e pedem para que eu ajude a fazer as tarefas, então vem 4,5,6 folhas de caderno cheias de tarefas e eles não entendem nada, quer dizer, o professor chega despeja matéria, matéria, e não quer nem saber se o aluno aprendeu ao não, o dele é dar matéria. O curso aqui a gente tem bastante participação, então eu acho que a educação no Brasil teria que ser mudada, teria que ser mexido, que o aluno pudesse participar mais, falar mais, então tem que ser mudado" (AL1B).

No aprendizado de noções de cidadania, no sindicato A, isto se limitou a ensinamentos sobre os direitos dos trabalhadores, relacionados e com o emprego e dele decorrente; como o direito à carteira assinada, doenças ocupacionais e direitos trabalhistas que os patrões têm que respeitar. No sindicato B, além dessas noções básicas, os trabalhadores relatam que aprenderam sobre a organização política, como conhecer e entender os candidatos a cargos eletivos, que interesses os candidatos defendem, etc.

"O importante é que eu aprendi mais, aprendi sobre globalização, mercado, e até mesmo para amumar emprego, na hora do teste vai ser bem mais fácil" (AL1A).

"Eu aprendi muita coisa boa nas aulas, agora sei fazer conta direito, também aprendi que o patrão tem que assinar a minha carteira e pagar tudo direito, se não fizer isso eu boto ele na justiça"(AL2A).

"O curso ensinou muito sobre as novas tecnologias que estão surgindo no mercado, a gente trabalhou muito sobre isso, e também o curso de informática, e a gente tem que ter um pouco conhecimento de informática senão ficaria muito difícil. ... a única coisa que a gente torcia para que acontecesse é que continuasse com o 2º grau, ... aqui e gente teve uma visão grande do que é cidadania e isso esta sendo muito importante para a gente. Na política agente abriu a cabeça e está entendendo não suficiente, mas já esta entendendo bastante do que está ocorrendo, isso foi uma boa não só para mim mas como para todos os colegas, a gente conversa e vê que a visão é totalmente diferente do que era antes" (AL3A).

"Foi a parte de cidadania, aprendi muita coisa aqui que a gente não dá valor, com relação as matérias, porque eu fiz antes até a 7ª série no escola regular, por isso eu já conhecia muito, fui só relembrando, então a parte que eu mais gostei foi a parte de cidadania" (AL1B).

"Eu acho que tudo foi importante, até pessoalmente, hoje eu sei respeitar mais as pessoas, vejo o país de outra forma, antes eu só ficava naquilo que o povo contava, que a televisão dizia, o rádio falava, então achava que aquilo era verdade, hoje a gente já vê tem a forma sabe o que é verdade e o que não é, então é muito bom saber o que é e o que não é verdade." (AL2B)

"Sem dúvida o que aprendi sobre cidadania, antes eu era um cara mais sossegado não questionava nada, então eu aprendi a questionar, bastante coisa, e o nível de

educação e política no Brasil é bastante baixo, então eu aprendi bastante isso, o que foi muito importante para mim politicamente ...ver o que está errado. Eu acho que a gente não deve ficar quieto, tem que questionar mesmo e lutar por aquilo que a gente almeja."(AL3B)

#### 4.16 QUAL É A CAUSA DO DESEMPREGO PARA OS TRABALHADORES

Pelas respostas, é possível perceber que os trabalhadores assimilaram e reproduzem, as justificativas dos governantes, de que a causa do desemprego é a falta de qualificação da mão-de-obra. Ao responderem a pergunta sobre qual a causa do desemprego, respondiam de pronto que era por falta de qualificação. Alguns percebem que a política econômica tem reflexos sobre o número de desempregados. Mas têm a ilusão de que, a qualificação dos trabalhadores acabará com o desemprego.

"Eu acho que está acontecendo o desemprego por falta de qualificações do trabalhador" (AL1A).

"O que causa o desemprego é a falta de qualificação do pessoal é falta de incentivo do governo que não incentiva as micros, pequenas e médias empresas, o governo só incentiva as multinacionais, deixa quieto o das outras, então é isso que vem acarretando, impostos e encargos muito altos é por aí então"(AL2A).

"... por causa da modernização das fábricas, que estão se atualizando e está sobrando gente no mercado, no Brasil tem muito analfabetismo, então as pessoas não estão qualificadas para acompanhar esses avanço que teve na indústria, ... não tem estudo e competência para trabalhar. A questão econômica, muitas empresas tiveram dificuldades, algumas faliram não agüentaram os juros, então elas por exemplo ganhavam 3% de juros e pagavam 20%, então como ia manter a empresa pagando empregado e comprando matéria prima, então foi por isso que muitas empresas foram a falência, acho eu" (AL3A).

"Primeiramente eu acho que é por causa da política do governo, traz muita multinacional, o dinheiro brasileiro do que produz aqui vai tudo para fora, e o Brasil está ficando cada vez mais pobre. Não tem chance para o pessoal que não tem estudo, a educação no Brasil é muito fraca"(AL1B).

"Eu acho que uma coisa puxa a outra, a política governamental nem é culpada, e a escolaridade e educação no Brasil é muito precária, e as pessoas ficarem quietas, tem que lutar, não pode esperar que vai cair do céu, que não vai cair"(AL2B).

"O desemprego é por falta de qualificações do trabalhador, eu acho que os governantes não estão muito preocupados com esse problema, estão vendo mais o lado deles e esquecendo o lado da população brasileira que está sendo desvalorizada nisso aí, mas eu acho que a hora que o governo pensar e trabalhar um pouco mais sério eu acho que deve mudar isso " (AL3B).



Ao responderem sobre a causa do desemprego, os alunos dos dois sindicatos, já tendo concluído os cursos, agora com um pouco mais de informações, responderam o que o senso comum percebe. Isto é um indicador de que, por diferentes que possam ser em alguns aspectos os projetos dos sindicatos, o resultado, se não é igual, é próximo no que se refere à formação dos trabalhadores, tanto do ponto de vista da qualificação quanto do ponto de vista da formação política. Ressalte-se o diferencial, no caso do sindicato B, de uma efetividade maior de ações por parte dos trabalhadores após o curso numa das comunidades. Mas é preocupante, para não dizer angustiante, o fato de que, de maneira geral, todos reproduzem nas respostas os fundamentos do modelo de sociedade capitalista.

Os sindicatos deveriam ter-lhes ensinado e revelado os fundamentos da sociedade capitalista e a impossibilidade de solução sob esta sociedade, dos seus problemas mais imediatos, como o desemprego.

## CAPITULO V

### CONCLUSÃO

#### **A ILUSÃO DA QUALIFICAÇÃO, UMA FALÁCIA ASSUMIDA PELOS SINDICATOS.**

##### **5.1 DESEMPREGO, MUITAS PROPOSTAS, NENHUMA SOLUÇÃO SOB O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.**

As propostas e as alternativas de como resolver o problema do desemprego crescente são muitas. É possível perceber nessas propostas uma certa confusão, porque algumas defendem que a crise do desemprego significaria o fim do trabalho. A redução do emprego, dos postos de trabalho, como consequência do desenvolvimento de novas tecnologias, que aumentam a produtividade do trabalho e máquinas que substituem o trabalho do homem, é real e essa substituição do homem pela máquina faz parte do processo civilizatório, na medida em que o homem, pela sua capacidade criadora, vai modificando e desenvolvendo seus instrumentos de trabalho como forma de facilitar sua vida. O que não é natural é o que ocorre no modo de produção capitalista, em que o controle e a apropriação privada dessas tecnologias e instrumentos e os resultados de sua aplicação servem aos propósitos da acumulação e da exclusão dos trabalhadores de seus postos de trabalho, condenando-os à miséria, impedindo-os de usufruir coletivamente os benefícios proporcionados pelos avanços científicos e tecnológicos que esses mesmos trabalhadores foram capazes de desenvolver.

O trabalho, para Marx, é a ação autônoma e transformadora do homem sobre a natureza com o objetivo de produzir aquilo que é necessário para atender às suas necessidades imediatas, sem o propósito de gerar excedente. Nesta perspectiva, o trabalho é constituinte da natureza humana e das relações sociais e sempre haverá a necessidade da ação do homem no sentido de transformar os recursos naturais de que dispõe com o objetivo de atender às

suas necessidades. Por mais desenvolvida que possa ser a tecnologia utilizada, sempre haverá a necessidade de o homem comandar, através de seu trabalho, o processo de transformação dos bens disponíveis em produtos que satisfaçam às suas necessidades. Não se pode, portanto, confundir a redução drástica dos empregos, em consequência do desenvolvimento científico e tecnológico alcançado pelo homem, como sendo o fim do trabalho. Trabalho é uma coisa e emprego é outra. O emprego é a forma de subordinação do homem pelo homem, na utilização da força de trabalho, como insumo de produção, como mercadoria necessária ao processo de produção capitalista. Assim, o desemprego é condição e consequência para que o modo de produção capitalista se reproduza e facilite a acumulação privada dos resultados produzidos pelo próprio homem, na condição de trabalho subordinado. O desemprego é condição na medida em que a sua existência é fator de pressão sobre os trabalhadores que estão empregados, pela ameaça de perderem seu emprego para os que estão na fila do desemprego. É consequência porque a propriedade privada das máquinas, que foram produzidas e criadas pelo homem, substitui o trabalho do homem na produção de excedentes, que permite a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que exclui o próprio homem dos benefícios da produtividade alcançada por essas máquinas.

A produção capitalista é organizada para produzir excedente, uma quantidade maior do que a necessária para satisfazer as necessidades imediatas do coletivo, com o objetivo de obter lucro. Com o desenvolvimento da tecnologia, as máquinas conseguem produzir uma quantidade muitas vezes maior e mais rapidamente do que o homem e, portanto, é cada vez menor a necessidade da utilização do trabalho humano para produzir as mercadorias. A produtividade alcançada pelas máquinas e pelas novas tecnologias deveria ser utilizada para a produção de mercadorias necessárias e na quantidade que atendesse às necessidades do coletivo. Mas não é isso o que acontece; como o controle dessas tecnologias se dá de forma privada, estas são utilizadas para produzir mercadorias que se destinam ao mercado com o objetivo de gerar lucros, sem a preocupação de atender às necessidades do coletivo.

Em sendo assim, os avanços científicos e as novas tecnologias, sob o capitalismo, acentuarão o processo de desemprego na medida em que, devido a esse controle privado, serão desenvolvidos sempre com o objetivo de gerar lucros e acumulação em detrimento do atendimento das necessidades coletivas. Esse processo de exclusão é condição de sobrevivência no modo de produção capitalista, a despeito de todo desenvolvimento que o homem seja capaz de alcançar, sob esse modo de produção. É possível reduzir mais ainda o número de trabalhadores empregados, como consequência do grau de desenvolvimento de máquinas e novas tecnologias que substituam o homem no processo de produção. Mas o trabalho sempre existirá; se de forma autônoma ou subordinada, dependerá de como o homem se organiza socialmente.

A crise do emprego, portanto, tem sido causada pelo modo de produção capitalista que, de forma hegemônica, tem ditado as condições de acumulação e da exclusão que caracterizam a atual fase de desenvolvimento da sociedade capitalista.

O homem não se coloca problemas que não possa resolver. Quando o homem decidiu que alcançaria a Lua, já conhecia de que forma chegaria lá. A humanidade conhece a forma de resolver os problemas que ora se colocam, como o desemprego, a fome, etc., e estes não tem sido equacionados porque o modo como o sociedade está organizada, não permite que isso aconteça. A sociedade capitalista é excludente, porque precisa buscar o lucro e acumular a qualquer custo. Então, sob esse modo de organização social não se conseguirá resolver problemas tão simples como o desemprego e a fome.

Com sua capacidade criadora o ser humano conseguiu até agora um grau de desenvolvimento científico capaz de suprir e atender a todas as necessidades imediatas da população. O atendimento só não se efetiva porque a exclusão, a fome e o desemprego são condições necessárias a manutenção do modo de produção capitalista. A produção mundial e anual de alimentos é suficiente para alimentar, não uma, mas três vezes toda a população que habita o planeta. Só que a oferta de todos esses alimentos no mercado reduziria a margem de lucro dos capitalistas a zero, ou seja, os

preços caíam vertiginosamente. Então, em nome da garantia do modelo e da lucratividade, milhares de pessoas ao redor do mundo morrem de fome, enquanto produtores e governos preferem deixar que esses produtos apodreçam em armazéns a colocá-los à disposição das pessoas famintas. Muitas vezes esses produtos nem chegam a ser colhidos e estocados. No caso de supersafras, o preço alcançado no mercado não compensa, em termos capitalistas, nem a colheita e muito menos a estocagem dos produtos. São deixados a apodrecer na terra ou, então, enterrados e/ou queimados. Exemplos, aqui no Brasil: cebola, tomate, laranjas, café, ovos, batatinha, etc.

Várias têm sido as propostas de solução para o problema do desemprego no âmbito da sociedade capitalista, na atual fase denominada de acumulação flexível: redução da jornada de trabalho, trabalho comunitário, cooperativas de trabalho, etc. Em alguns países, a jornada de trabalho tem sido reduzida sem no entanto resolver o problema do desemprego. Na Alemanha e na França os trabalhadores já conquistaram a jornada semanal de trabalho de trinta horas, mas não tem sido suficiente para garantir emprego para todos. O desenvolvimento científico e o avanço tecnológico, com a conseqüente incorporação de novas tecnologias ao processo de produção, têm possibilitado aumentos cada vez maiores da produtividade do trabalho e, por conseqüência, o desemprego, porque onde trabalhavam três pessoas, agora trabalha uma.

Os índices de desemprego continuam com curva ascendente em todos os países; nos desenvolvidos, em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos. Nos países desenvolvidos os efeitos dessa situação para os trabalhadores e suas famílias são minimizados por um leque de proteções e garantias sociais, conquistados a partir da implementação do Estado, do Bem Estar Social, de orientação social democrata. Entre outros benefícios, o Estado garante assistência médico-hospitalar, educação pública e gratuita e um salário desemprego com valor suficiente para custear condições básicas de sobrevivência, dentro do que se convencionou chamar do mínimo necessário, como casa, alimentação e agasalho. Este leque de proteções sociais está ameaçado, no atual estágio de desenvolvimento capitalista, pela necessidade

de uma redução drástica dos gastos dos governos, como forma de possibilitar a redução de impostos e, com isso, desonerar a produção, o que permitirá ao capital garantir sua margem de lucro, cada vez mais ameaçada pela crescente concentração do capital.

Os países desenvolvidos apresentados como modelos criam uma grande ilusão nas populações dos países em desenvolvimento e/ou dependentes, na medida em que se diz que nesses países a vida é melhor e mais fácil. O que ocorre é que, mesmo com o desemprego crescente, nesses países as proteções sociais por enquanto minimizam o sofrimento dos trabalhadores que perderam seu emprego.

A ilusão fica evidente quando, na França, por exemplo, só em duas regiões do país, sendo uma delas a região de Paris, a renda gerada pela produção é maior do que a renda distribuída em forma de subsídios e garantias sociais pelo governo, ou seja, em todas as outras regiões do país a renda coletiva só é positiva por conta de subsídios do governo. Não se pode negar que a França e a Alemanha são países capitalistas. Cabe perguntar então, de onde vêm os recursos que permitem ao governo francês, subsidiar o bem estar de sua população?

O modo de produção capitalista tem a necessidade permanente de geração de lucros como forma de remunerar o capital investido. Quando os lucros caem abaixo da taxa necessária para remunerar o capital, há uma migração desses capitais para onde as taxas de lucros sejam atrativas. Esses locais são países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, com mão-de-obra barata, leis trabalhistas menos rígidas, pouca ou nenhuma regulamentação sobre as relações de trabalho, legislação ambiental precária, subsídios governamentais, etc. Um metalúrgico na França ganha, em termos reais, o dobro do salário do metalúrgico brasileiro, acontecendo a mesma coisa com os trabalhadores do ramo químico da Alemanha em relação aos brasileiros.

A possibilidade de obtenção de taxas maiores de lucro em países como o Brasil, pelos motivos citados acima, faz com que as empresas se instalem nesses locais. Só que os lucros obtidos não são reinvestidos nos países onde

estão localizadas as empresas, sendo remetidos ao país de origem das empresas transnacionais. É essa remessa de lucro que tem permitido que países como a França, possam continuar garantindo aos seus cidadãos as proteções sociais que oferece. A ilusão está justamente aí: os países desenvolvidos, de forma imperialista e monopolista, controlam as fontes de financiamento, o desenvolvimento científico e tecnológico, e submetem os que deles dependem, desenvolvidos e/ou subdesenvolvidos, impondo-lhes exigências e adequação com reformas que facilitem e garantam às empresas transnacionais altas taxas de lucro que financiarão o bem-estar de suas populações, em detrimento dos outros povos. As exigências de reforma, como a trabalhista, fiscal, previdenciária e educacional, impostas pelos organismos internacionais (FMI, BID), como contrapartida a empréstimos, tem esse objetivo.

## 5.2 A QUALIFICAÇÃO/ REQUALIFICAÇÃO NÃO RESOLVE O PROBLEMA DO DESEMPREGO

O discurso ideológico dos capitalistas de que o problema do desemprego é causado pela baixa escolaridade e pela falta de qualificação esconde a lógica da acumulação acima descrita. Não fosse isso verdadeiro, como se explica a crescente taxa de desemprego geral na maioria dos países? Países como a Inglaterra, Espanha, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Japão já universalizaram a educação até o equivalente ao segundo grau no Brasil e, nos Estados Unidos e Japão, 60% da população tem acesso ao nível superior. Esses dados confirmam que o desemprego não tem relação com nível de escolaridade e muito menos com qualificação profissional. A verdade é que o desenvolvimento tecnológico e científico tem aumentado a produtividade do trabalho possibilitando a geração de lucros, mesmo com a redução do número de trabalhadores empregados.

Ao transferir para o trabalhador desescolarizado e desqualificado a responsabilidade pelo seu desemprego, atribui-se a ele a culpa pelo fracasso.

Se a qualificação fosse uma necessidade para os capitalistas, certamente não deixariam essa tarefa sob a responsabilidade dos sindicatos de trabalhadores, seus inimigos de classe.

A verdade é que não há emprego para todos e essa situação vai se agravar mais ainda, porque o avanço científico disponibilizará novas tecnologias que serão incorporadas ao processo de produção permitindo um aumento continuado da força produtiva dos poucos trabalhadores que continuarem empregados.

Ou seja, sob o modo de produção capitalista, se os trabalhadores, cada qual em um determinado ramo de conhecimento, tornarem-se doutores, ainda assim a grande maioria ficará sem emprego. Porque no atual modelo de sociedade não é o grau de educação e muito menos o nível de qualificação profissional que determinará quem estará ou não empregado, pelos simples fato de que não é possível empregar a todos pelos motivos anteriormente expostos.

Os resultados alcançados pelos cursos de qualificação até agora implementados confirmam que o problema não é de educação nem de qualificação.

Resultados de pesquisa feita pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado, divulgados pelo Jornal Folha de São Paulo no dia 20/02/2000, caderno 5 pg. 14, indicam que, dos trabalhadores que fizeram os cursos em 1998, seis meses após o término do curso, apenas 18% dos conseguiram um emprego.

Na verdade, a burguesia conseguiu transformar a luta de classes numa luta intraclasse. A impossibilidade de emprego para todos, pelos motivos já expostos, fez com os trabalhadores abandonassem a perspectiva da luta de classe a passassem a lutar individualmente por um emprego. Isto provocou uma nova situação, fazendo com que a luta, agora, se instalasse entre os trabalhadores, os quais, acirradamente, engalfinham-se na tentativa de conseguir um emprego.

Perceber a impossibilidade de solução do problema do desemprego sob o modo de produção capitalista fará com que trabalhadores e dirigentes



sindicais reorientem suas prioridades. A redefinição de prioridades permitirá que as políticas de formação implementadas pelos sindicatos tenham como objetivo educar os trabalhadores na perspectiva de revelar as contradições desse modelo de sociedade, tornando claros os seus fundamentos para que os trabalhadores, sob o capital, ao exigir sempre maiores salários e mais empregos, evidenciem as contradições desse modo de produção.

Somente a mudança de objetivos na busca da construção de um processo educacional, sob a lógica de um projeto contra-hegemônico dos trabalhadores, justificará a continuação da utilização dos recursos públicos, até agora utilizados para criar a ilusão nos trabalhadores de que com os cursos de qualificação/requalificação conseguirão empregos, quando não existem e não existirão novos empregos.

A continuação da política em curso, além de iludir e adestrar os trabalhadores, confirmará o que em alguns casos já se evidencia: que centrais sindicais e sindicatos adotaram o sindicalismo de Estado em detrimento dos interesses e necessidades do trabalhador.

Para o Professor Fernando Fidalgo, Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a participação em fóruns tripartites é contraditória e não serve aos trabalhadores:

" ... as políticas tripartites geram contradições. O sindicalismo assume funções de 'funcionários do Estado'. O neocorporativismo é muito eficiente no arrefecimento dos conflitos de classe. Tem um papel ideológico forte. No geral, os sindicalistas não percebem e adotam uma postura adesista. O risco maior é o de ser absorvido pelo sistema. Se a participação nos Conselhos é considerada a principal estratégia de ação, entram em um beco sem saída. A lógica é a do consenso. Nesse sentido, cria um novo sindicalismo de Estado.... A experiência mundial mostra que os recursos públicos para formação favorecem mais o sindicato, do que os seus representados os trabalhadores"<sup>45</sup>

### 5.3 O QUE A PESQUISA MOSTROU

<sup>45</sup> in: BORGES, Altemiro. FAT: formação ou atrelamento ao estado ? Op. Cit., p. 32

Os sindicatos, através de seus cursos de qualificação, reproduzem a lógica do capital de constituir um trabalhador parcializado.

Enquanto o sindicato B adota uma linha de atuação crítica, aproveitando os cursos para minimamente alertar os trabalhadores sobre as causas do desemprego; o sindicato A tem uma ação mais pragmática, forma para o mercado. Nos dois casos, essa atuação fica no limite do capital. Tais ações não sinalizam com a possibilidade de serem instrumentos possibilitadores de uma educação que tenha por objetivo a emancipação dos trabalhadores ou no mínimo seja reveladora dos fundamentos desse modo de produção que é excludente.

Os sindicatos têm a intenção de aumentar a consciência dos trabalhadores, mas não conseguem fazer isto de uma maneira desejável, porque na suas políticas de qualificação não conseguem romper a lógica sob a qual esses cursos estão sendo oferecidos. Os cursos reproduzem a lógica de qualificação do taylorismo/fordismo e no que essa lógica tem de mais frágil.

No sindicato B foi possível perceber que há uma ação um pouco mais efetiva no sentido de promover a organização dos trabalhadores, com práticas que revelam, pelo menos em parte, mesmo que sob o capital, que há espaços, como Câmara de Vereadores, onde é possível intervir nas políticas adotadas, cumprindo uma das tarefas dos sindicatos que é a de denunciar e criticar a exclusão que caracteriza esse modelo de sociedade.

Os cursos, pelos critérios do Ministério do Trabalho, deveriam ser destinados a trabalhadores desempregados e em risco de perder o emprego. Mas, na realidade, este não é o critério prioritário adotado.

Não há critérios claros para a escolha dos que vão fazer os cursos; nas respostas das entrevistas é possível perceber que a maioria dos alunos tomou conhecimento dos cursos por algum tipo de proximidade com dirigentes sindicais, grau de parentesco e através de vereadores. Este certamente não será o melhor critério para a definição de quem participará dos cursos custeados com recursos públicos. Por não ser possível num primeiro momento, ofertar os cursos a todos, a não-existência de critérios claros e bem

definidos, reproduz práticas fisiológicas, clientelistas e excludentes, características da burguesia.

A falta de critérios na escolha dos alunos prejudica a efetividade para a organização dos trabalhadores na continuação e prática do aprendizado de conteúdo político. Uma experiência implementada pelo sindicato B, numa região de periferia da cidade, demonstra que a exploração das contradições visíveis do sistema podem resultar em ganhos para a organização dos trabalhadores.

"... a gente faz com que ele perceba que ele é agente de mudanças, e se ele quer mudar alguma coisa dentro da sociedade junto com o coletivo, ele pode mudar. Um exemplo muito bom que nós temos é o da Vila Nova, é uma vila onde havia problemas com o lixo, olhos de água poluídos, água contaminada, água cortada, inclusive a Sanepar que foi privatizada, ia cortar a tarifa social no Paraná inteiro. Nós formulamos um questionário para os alunos, levamos eles até lá, eles conheceram a realidade da favela, nós pegamos o resultado dessa análise e levamos para a Sanepar em Curitiba e aí conseguimos com que a Sanepar voltasse com a tarifa social, não só em P Grossa, como em todo o PR.... (SecF.B)

A experiência relatada demonstra que mesmo sob o capital é possível avançar de alguma forma. O que não é possível é aceitar que os sindicatos de trabalhadores sejam instrumentos de reprodução desse modelo de sociedade atual, que é excludente e alienante.

O tempo de duração dos cursos é outro fator que chama a atenção. No sindicato B, o tempo de duração é mais longo, mas com um projeto pedagógico pouco definido, no que se refere à emancipação dos trabalhadores. Por outro lado, cursos de pequena duração para desescolarizados, caso da maioria dos alunos do sindicato B, são ineficazes porque a demanda é por trabalhadores que tenham habilidades cognitivas, o que exige escolarização básica. Esses cursos de baixa duração poderiam ser utilizados para treinar novas habilidades, mas para isso é necessário que os trabalhadores tenham escolarização básica e já estejam profissionalizados. Nos dois sindicatos o perfil dos alunos mostra que a maioria não tem nem a escolarização básica, nesse caso os cursos não têm resultado efetivo, evidenciam desperdício de recursos. Segundo Kuenzer,

"o elenco de cursos, ainda voltados para ocupações formais e bem definidas que tem predominado nas ofertas da PLANFOR, reveste-se de anacronismo.

Mesmo considerando o caráter desigual e desequilibrado do desenvolvimento do processo produtivo no Brasil, onde ainda convivem todas as formas de trabalho, inclusive as mais primitivas, a manutenção desta estratégia não se sustenta. As instituições de educação profissional, sob o risco de anacronismo, devem assumir uma proposta pedagógica que aponte para o futuro; ademais, o desenvolvimento das capacidades cognitivas superiores aliado ao domínio do método de conhecer e à prática do trabalho permitem, com treinamentos específicos demandados pelo processo produtivo, a rápida aquisição das competências necessárias.

...as formas metodológicas historicamente constituídas pelo taylorismo/fordismo que privilegiam a multiplicação de cursos de treinamento fragmentados, dirigidos para ocupações bem definidas, oferecidos de forma desordenada de tal modo que o trabalhador, vai colecionando certificados que não chegam a construir uma qualificação orgânica e consistente, e que privilegiam a memorização de regras básicas e procedimentos técnicos, estão completamente superados".<sup>46</sup>

Nas entrevistas com os responsáveis pelas políticas de qualificação e na pesquisa dos documentos, foi possível perceber que falta clareza à questão pedagógica. No caso do sindicato B, há um esforço no sentido de garantir a educação básica aliada à qualificação profissional. No sindicato A não existe essa preocupação. É positivo esse esforço do sindicato B na perspectiva de garantir pelo menos a escolarização, apesar de estar substituindo a escola e a discussão da pedagogia por uma coisa mais aligeirada. Isso traz prejuízo para os trabalhadores, porque os sindicatos abandonam o seu papel de organizador dos trabalhadores, onde têm acúmulo e assumem um papel que não é seu: educar e qualificar. Acabam não fazendo bem nenhuma das duas tarefas.

Ao avaliar os alunos, os sindicatos têm mecanismos diferenciados. O sindicato B se utiliza de um conjunto de indicadores para medir o grau de aproveitamento do alunos. Essa forma de avaliação leva em consideração a participação do aluno nas discussões, seus limites, em função da heterogeneidade do grau de escolaridade. No sindicato A, a avaliação é feita pela forma tradicional, com prova de avaliação, tendo a preocupação de tentar fazer com que o aluno consiga vencer as dificuldades, quando considera, como no caso do sindicato B, as limitações de cada aluno no que se refere ao seu grau de escolaridade.

---

<sup>46</sup> KUENZER, A.Z. - *Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho*. Op. cit., p. 19

As exigências requeridas para o trabalhador multifuncional requerem instrutores e/ou monitores com uma qualificação que, no mínimo, lhes dê condições de perceber o que são essas exigências e como dar conta de ensiná-las ao alunos. No sindicato A, a exigência é que o instrutor/monitor tenha algum conhecimento sobre a disciplina ou profissão que vai ensinar e, no caso do ensino de língua estrangeira, é preciso que tenha licenciatura. As exigências feitas aos instrutores, exceto aos professores de língua, indica que o resultado do aprendizado está muito aquém daquilo que o mercado de trabalho exige do trabalhador multifuncional. Há casos de serem contratados, como monitores, alunos egressos dos mesmos cursos, nos quais passam a ser instrutores. A exigência para acesso é unicamente o 1º grau. Pode-se imaginar a qualidade do que se vai ensinar. Recebem por quatro horas diárias de trabalho um salário mínimo por mês. No sindicato B é exigida a licenciatura plena dos instrutores que vão dar aulas das disciplinas do 1º grau; no caso do instrutor de reestruturação produtiva, a exigência é que seja um trabalhador do ramo industrial, desempregado, por conhecer as modificações que estão ocorrendo nas empresas. Com a exigência de licenciatura plena, é esperado um diferencial na qualidade do ensino ministrado por esses professores. Recebem por oito horas diárias de trabalho, quatro horas em sala de aula e quatro horas em estudos e preparação das aulas, um salário de R\$ 700,00.

Em relação às condições e locais onde são realizados os cursos e a qualidade do material didático utilizado, é necessária uma análise mais aprofundada por especialistas da área.

A pesquisa mostra que não há nenhum tipo de acompanhamento da efetividade dos cursos para a vida dos trabalhadores. Os entrevistados responsáveis pelas políticas de qualificação dos sindicatos relatam que estão fazendo este ou aquele tipo de acompanhamento que está em andamento, mas não se tem nenhum instrumento capaz de responder quais os resultados efetivos desses cursos para a vida dos trabalhadores.

Isto evidencia pouco caso com a efetividade dos resultados dos cursos e com o processo de construção do projeto de sociedade que interessa aos trabalhadores.

No que se refere ao acompanhamento dos cursos, é evidente o completo desconhecimento dos sindicatos sobre o Projeto de Avaliação do PEQ - Plano Estadual de Qualificação, de responsabilidade e desenvolvido pelas Universidades Estaduais.

É desejável que algum tipo de controle e acompanhamento seja feito para que se possa quantificar e mensurar que resultados esses cursos têm alcançado.

Os cursos são financiados com recursos públicos, então é esperado que algum tipo de auditoria e verificação profissionalizada seja feita. Caso contrário corre-se o risco de os recursos públicos serem mal utilizados ou de estarem sendo utilizados de forma inadequada, já que não se conhece efetivamente os resultados de sua utilização para o fim que está sendo destinado.

Os sindicatos estão se transformando em escolas de formação profissional. E, talvez não por vontade deliberada, estão sendo instrumentos da burguesia no processo de iludir os trabalhadores de que estão desempregados por falta de qualificação, quando na verdade isto acontece porque, sob o capital, não é possível garantir emprego para todos.

Os trabalhadores, ao responderem sobre as causas do desemprego reproduzem o discurso de que falta qualificação para os trabalhadores. Esse é o discurso dos capitalistas. Ao não perceberem a lógica do sistema, denunciam em suas palavras que os cursos não cumpriram minimamente a tarefa de revelar: os fundamentos do modo capitalista de produção.

É necessário e urgente que os sindicatos retomem sua tarefa histórica de organizar os trabalhadores e denunciar a perversidade do capitalismo, que é excludente e concentrador de riquezas.

Se precisassem verdadeiramente de mais trabalhadores qualificados, os capitalistas assumiriam essa tarefa, como historicamente fizeram e, não a deixariam sob a responsabilidade dos sindicatos de trabalhadores, seus inimigos de classe.

E por não perceberem essas evidências que os sindicatos acabam fazendo o papel de colaboradores do capital na exclusão dos trabalhadores dos resultados de seu trabalho.

Os sindicatos são instrumentos de luta e resistência dos trabalhadores contra o capital, e não agentes de facilitação para o capital.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDERSON, Perry. O balanço do Neoliberalismo. In: SADE, E. e GENTILI, P. (org). **O Pós Neoliberalismo e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho ?** São Paulo: Cortez, 1995.
- BANCO Mundial. **Educacion Técnica y Formacion Profesional**. Washington: 1992.
- BORGES, Altamiro. FAT: formação ou atrelamento ao estado? **Debate Sindical**, São Paulo,, ano 13, n. 32, dez/99/jan/fev/2000.
- BUISSON, Ferdinand. **Reformateurs Sociaux. Collection de Textes**. Paris. Librairie Félix Alcan , 1929. Capítulo III, Condorcet Membre de L' Assemblée Legeislative(1er octobre 1791 - 21 Septembre 1792). Rapport VII, p. 441, VII p. 520-574. Tradução de Maria Auxiliadora Cavazotti, Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- CUT. **Contribuição para a definição de uma política de formação profissional da CUT**. São Paulo, SP. dez. 1992. *mimeo*.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição para a definição de uma política de formação profissional**. São Paulo, SP, set. 1993, *mimeo*.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes para uma política de formação profissional da CUT**. São Paulo, SP, maio 1993.
- \_\_\_\_\_. **Formação profissional**. In: **Resoluções 5º CONCUR**. São Paulo, SP, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Plataforma da CUT**. In: **Resoluções 5º CONCUR**. São Paulo, SP, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Informacut**, São Paulo, SP, n. 259, dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. **Informacut**. São Paulo, SP, n. 257, set. 1995.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição para a formulação de políticas da CUT no campo da formação profissional**. São Paulo, SP, 1995, *mimeo*.



- \_\_\_\_\_. **Rumo à construção de um projeto educacional para o país.** abr. 1995, *mimeo*.
- \_\_\_\_\_. **7ª plenária nacional.** Resoluções sobre formação profissional. São Paulo, SP, set. 1995.
- \_\_\_\_\_. **Transformações do mundo do trabalho e perspectivas de emprego:** formação básica multiplicadora. Florianópolis, SC, Escola Sul, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Proposta - síntese para a constituição de Centros Públicos de Educação para Cidadãos Trabalhadores.** In: **A formação e os desafios da CUT.** São Paulo, SP, 1996, *mimeo*.
- \_\_\_\_\_. **Relatório do Seminário Nacional sobre Formação Profissional.** In: **A formação e os desafios da CUT.** São Paulo, SP, 1996, *mimeo*.
- \_\_\_\_\_. **A formação e os desafios da CUT:** formação profissional. São Paulo, SP, 1996.
- \_\_\_\_\_. **CGT.FS. Documento base para discussão no Seminário Nacional sobre Formação Profissional: Questões Críticas da Educação Brasileira.** São Paulo, SP. maio/1997.
- \_\_\_\_\_. **CNM - Revista dos Metalúrgicos.** São Paulo, SP, ed. dez./1997.
- \_\_\_\_\_. **6º CONCURT - Resoluções.** São Paulo, SP, 1997
- \_\_\_\_\_. **Manual de apoio para os cutistas:** participantes dos Cursos de Longa Duração sobre Reestruturação Produtiva dentro do Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores - PCDA. 1º sem./1998. São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Plano nacional de formação - 1998.** São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Ação sindical frente à reestruturação produtiva e à reforma do estado.** São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Ação sindical frente às mudanças tecnológicas e organizacionais.** São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Programa integrar:** formação e qualificação para o trabalho. São Paulo, SP, jun. 1998.
- \_\_\_\_\_. **Formação integral:** educação e sindicalismo - caderno de apoio às atividades de formação do Programa Nacional de Formação de Formadores e Capacitação de Conselheiros - Caderno 2, São Paulo, SP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Formação integral**: manual dos conselheiros das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego. Convênio 011/97-Mtb/Sefor/Codefat - CUT. São Paulo, SP, 2º sem/1998.

\_\_\_\_\_. **Curso de Formação de Dirigentes de Base - Projeto Alicerce**. Florianópolis, SC.: Escola Sul, 1999

\_\_\_\_\_. **Diretrizes e estratégias da política nacional de formação 1999/2000**. São Paulo, SP, maio 1999.

\_\_\_\_\_. **9ª Plenária nacional da CUT**: texto base. São Paulo, SP. ago. 1999.

\_\_\_\_\_. **1ª Conferência da Política Nacional de Formação**: propostas. B. Horizonte, MG, nov. 1999.

**DIEESE. Tecnologia emprego e educação**. São Paulo, 1999.

**FERRETTI, J.C.** Palestra proferida no Seminário **Crise no mundo do trabalho e a educação profissional**: com ênfase no Planfor. Curitiba - PR. UFPR - Setor de Educação. Dez/1999.

**FIDALGO, F.** **A formação profissional negociada**: França e Brasil, anos 90. PUC - São Paulo, 1999. Tese de doutorado.

**FIDALGO, F.** Palestra proferida no Seminário **Tripartismo no Brasil**: alcances e limites. Curitiba- PR. UFPR Dez/1999.

**FORÇA SINDICAL.** **Um projeto para o Brasil**: a proposta da Força Sindical. 2. ed. São Paulo, SP: Geração Editorial, 1993.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Formação**. São Paulo, SP, 1996 *mimeo*.

\_\_\_\_\_. 3º Congresso Nacional da Força Sindical. **Os novos mercados de trabalho**: a educação e a requalificação profissional. São Paulo, SP, 1997. *mimeo*.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas e alternativas para uma nova ação sindical em uma nova ordem política, econômica e social**. São Paulo, SP, out. 1998.

\_\_\_\_\_. **Boletim Força Jovem**. São Paulo, SP, nov. 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação profissional na política de emprego**: coletânea de convenções e resoluções da OIT. São Paulo, SP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Recursos humanos e formação profissional**. São Paulo, SP, mar. 1992.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas.** São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- KUENZER, Acácia Z. **As relações de produção e a Educação do Trabalhador:** da distribuição desigual do saber à veiculação da concepção de mundo. PUC - SP, 1984. Tese de Doutorado.
- KUENZER, Acácia Z. **Ensino Médio e Profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.
- KUENZER, Acácia Z. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. In: **Revista Universidade e Sociedade / Andes**, São Paulo, n. 12, fev. 1997.
- KUENZER, Acácia Z. Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. in: **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 25, mio/ago. 1999.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, SP, 1986.
- MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**, Trad. de Newton Ramos de Oliveira. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **La Sagrada Família.** México, Editora Grijalbo, 1962.
- MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**, Lisboa: Estampa, 1973.
- MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha, in: MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**, Trad. de Newton Ramos de Oliveira. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3 ed. São Paulo: s/ed. 1982.
- MARX, Karl. **Salário, preço e lucro.** São Paulo: Victor Civita, 1982.
- MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Victor Civita, v I, 1983.

- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Victor Civita, 1983. t. I, v. 1.
- NETO, Sebastião Lopes. **As experiências atuais de educação e formação profissional da CUT**. São Paulo, SP. 1998 *mimeo*.
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas Sul, 1992.
- POCHMANN, Márcio. Os desafios do sindicalismo brasileiro neste final de século. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, PR n. 10/11, GEES - Deptº. de Ciências Sociais - UFPR. 1998.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Victor Civita, 1982.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Victor Civita, v. I, 1983.
- SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria Marxista na Educação**. São Paulo, SP, Martins Fontes, 1976.

**ANEXO I**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**PRESIDENTES E SECRETÁRIOS  
DE FORMAÇÃO DOS SINDICATOS E  
PROFESSORES/MONITORES  
DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO**

## Identificação

Nome completo \_\_\_\_\_

Idade: ( ) 14 a 18 ( ) 19 a 21 ( ) 22 a 29 ( ) 30 a 39 ( ) 40 a 49 ( ) 50 ou +

Endereço \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_

Tel \_\_\_\_\_ Recados c/ \_\_\_\_\_

Há quanto tempo mora em Curitiba ou Região Metropolitana? \_\_\_\_\_

Município de domicílio anterior: \_\_\_\_\_ UF

\_\_\_\_\_

Local de Nascimento: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

Sexo (F / M) \_\_\_\_\_

Estado Civil: casado ( ) solteiro ( ) divorciado ( ) concubinato ( ) outros

Número de filhos com idade inferior a 14 anos: \_\_\_\_\_

Membros da família: \_\_\_\_\_ trabalhando atualmente:

\_\_\_\_\_

Cor: ( ) branca ( ) negra ( ) parda ( ) indígena ( ) amarela ( ) outra, não informado

Deficiência ( ) visual ( ) auditiva ( ) oral ( ) locomotora ( ) motora ( ) mental  
( ) outra

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Perfil Escolar

### Escolarização

- analfabeto                       primeiro grau incompleto                       terceiro grau incompleto  
 alfabetizado                       primeiro grau completo                       terceiro grau completo  
 até 4ª série Incomp.                       segundo grau incompleto                       supletivo 1º grau  
 até 4ª série completa                       segundo grau completo                       supletivo 2º grau

Atualmente estuda? (s / n) \_\_\_\_\_ Série que está cursando \_\_\_\_\_

## Formação Profissional

Cursos	Área	Duração	Instit./empresa	Ano
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Caso não tenha tido formação profissional formal:

Aprendeu algum ofício? (s/n) \_\_\_\_\_

Qual

Como aprendeu o seu ofício?

Que outras habilidades considera ter para oferecer no mercado de trabalho? Como desenvolveu essas habilidades?

## Trajetória

Função	Local	Período	Ramo atividade	Carteira Assinada
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Obs.: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Situação atual

- 1) Há quanto tempo é dirigente sindical? \_\_\_\_\_
- 2) Atualmente você está:
  - ( ) empregado      ( ) desempregado      ( ) aposentado      ( ) demitido      ( ) suspenso
- 3) Você é liberado para o sindicato? (s/n) \_\_\_\_\_ Há quanto tempo?  
\_\_\_\_\_
- 4) Sua liberação é com ônus para: ( ) Sindicato      ( ) Empresa
- 5) Qual o valor do seu salário e/ou ajuda de custo? R\$ \_\_\_\_\_



## O Sindicato

- 1) Data de fundação \_\_\_\_\_
- 2) É filiado em alguma central sindical? ( s/n ) \_\_\_\_\_ Qual ?  
\_\_\_\_\_
- 3) Ramos de atividade que representa ?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 4) Quantos trabalhadores tem na base ? \_\_\_\_\_
- 5) Quantos são sócios ? \_\_\_\_\_
- 6) Quantidade de trabalhadores na base há:  
10 anos \_\_\_\_\_ 5 anos \_\_\_\_\_ 3 anos \_\_\_\_\_  
1 ano \_\_\_\_\_ atualmente \_\_\_\_\_
- 7) Grau de escolaridade de trabalhadores da base :  
\_\_\_\_\_ % 1º grau      \_\_\_\_\_ % 2º grau      \_\_\_\_\_ % Curso técnico  
\_\_\_\_\_ % 3º grau      \_\_\_\_\_ % pós-graduação
- 8) Dos trabalhadores da base do Sindicato:  
\_\_\_\_\_ % mulheres      \_\_\_\_\_ % homens
- 9) Renda média trabalhadores da base R\$ \_\_\_\_\_

## Políticas de qualificação e/ou requalificação do Sindicato

1) Porque o Sindicato oferece cursos de qualificação e/ou requalificação?

---

---

---

2) Esse cursos seguem ou são definidos pela política de formação da central sindical, confederação, federação ou são políticas autônomas do sindicato ?

---

---

---

3) Com que finalidade o sindicato oferece esses cursos ?

---

---

4) Há quanto tempo são oferecidos os cursos ? \_\_\_\_\_

5) Para quem se destina ?

---

---

6) Que critérios são adotados para a escolha dos que vão fazer os cursos ?

---

---

7) Qual o tempo de duração dos cursos ?

---

8) Quem são os monitores dos cursos ?

---

9) Que critérios são adotados para a escolha dos monitores dos cursos ?

---

---

10) Qual a qualificação e/ou habilitação exigida para os monitores?

---

---

11) Os monitores são remunerados ? (s/n) \_\_\_\_\_ Quanto recebem ?

\_\_\_\_\_ Por curso, por hora, são funcionários do sindicato ? \_\_\_\_\_

12) O local onde são realizados os cursos pertence ao sindicato ? (s/n) \_\_\_\_\_ Se não tem algum custo de aluguel algum tipo de taxa ? Qual o custo ? \_\_\_\_\_

13) O material didático e de infra estrutura é fornecido pelo Sindicato ?

---

14) São cobradas taxas de matrículas e/ou mensalidades dos que freqüentam os cursos ?

---

15) Os recursos financeiros para custear material, monitor, etc. são do sindicato ? Há algum tipo de subsídio e/ou financiamento ? Se houver, de onde provêm os recursos, são na forma de empréstimos, a fundo perdido, outra modalidade ?

---

---

16) Há algum tipo de convênio para a realização desses cursos ? (s/n) \_\_\_\_\_ Se sim, com quem: Universidades, Faculdades, Fundações, Senai, Sesc, Senac, Senar, Dieese, Deser, etc. ?

---

17) Os cursos são abertos à todos os trabalhadores ? Só da base do sindicato ? Só para sócios ? Para empregados e desempregados ?

---

18) Você sabe quantos trabalhadores já freqüentaram os cursos oferecidos pelo sindicato ?

---

19) Qual a avaliação que você tem sobre os resultados do cursos ?

---

20) Você saberia dizer quantos conseguiram emprego ou se mantiveram no emprego após ter freqüentado os cursos?

---

21) Qual o conteúdo dos cursos (matérias) ?

---

22) Qual a metodologia utilizada durante o aprendizado dos trabalhadores ? (exposição, etc).

---

23) Que critérios orientaram a escolha do conteúdo e da metodologia de ensino do curso?

---

24) Quem define esses conteúdos e metodologia ? Há alguma orientação pedagógica ?

---

25) Os monitores participam da definição dos conteúdos e da metodologia ?

---

26) Os monitores recebem algum tipo de treinamento para ministrar os cursos ? (s/n) \_\_\_\_ Se sim, quem faz esse treinamento ?

---

27) O programa do curso tem sido cumprido integralmente ?

---

28) Os monitores têm encontrado alguma dificuldade ( de qualquer ordem) para ministrar os cursos?

---

29) Há algum tipo de acompanhamento por parte de alguma instituição de ensino durante a aplicação do curso ? Qual \_\_\_\_\_

30) Como é feita a avaliação dos frequentadores dos cursos, no que se refere ao aprendizado e aproveitamento do que foi ensinado?

---

31) Há certificação dos cursos ? Quem emite o certificado ?

---

32) Há algum tipo de acompanhamento dos egressos, no que se refere a sua absorção pelo mercado de trabalho, após terem feito os cursos ? E para os que estavam empregados houve alguma melhoria salarial e/ou de promoção ?

---

33) Você conhece a LDB ? (s/n) \_\_\_\_\_ Se sim o que conhece?

---

---

34) Sabe qual o impacto das recentes modificações feitas na LDB para a educação dos trabalhadores ?

---

---

35) A formação profissional dos trabalhadores é responsabilidade de quem ? Do Estado, dos patrões, dos sindicatos ou do próprio trabalhador?

---

---

36) Você acha que a qualificação e/ou requalificação dos trabalhadores tem garantido a manutenção dos empregos ?

---

---

Obs.:

---

---

---

---

**ANEXO II**

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS  
EGRESSOS DOS CURSOS**

## Identificação

Nome completo \_\_\_\_\_

Idade: ( ) 14 a 18 ( ) 19 a 21 ( ) 22 a 29 ( ) 30 a 39 ( ) 40 a 49 ( ) 50 ou +

Endereço \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_  
CEP \_\_\_\_\_ Tel \_\_\_\_\_ Recados c/ \_\_\_\_\_

Há quanto tempo mora no município? \_\_\_\_\_

Município de domicílio anterior: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

Local de Nascimento: \_\_\_\_\_ UF. \_\_\_\_\_

Sexo (F / M) \_\_\_\_\_

Estado Civil: casado ( ) solteiro ( ) divorciado ( ) concubinato ( ) outros

Número de filhos com idade inferior a 14 anos: \_\_\_\_\_

Membros da família: \_\_\_\_\_ trabalhando atualmente: \_\_\_\_\_

Cor: ( ) branca ( ) negra ( ) parda ( ) indígena ( ) amarela ( ) outra, não inform.

Deficiência: ( ) visual ( ) auditiva ( ) orol ( ) locomotora ( ) motora ( ) mental  
( ) outra

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## Perfil Escolar

### Escolarização

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> analfabeto                | <input type="checkbox"/> segundo grau incompleto  |
| <input type="checkbox"/> alfabetizado              | <input type="checkbox"/> segundo grau completo    |
| <input type="checkbox"/> até a 4ª série incompleta | <input type="checkbox"/> terceiro grau incompleto |
| <input type="checkbox"/> até a 4ª série completa   | <input type="checkbox"/> terceiro grau completo   |
| <input type="checkbox"/> primeiro grau incompleto  | <input type="checkbox"/> supletivo 1º grau        |
| <input type="checkbox"/> primeiro grau completo    | <input type="checkbox"/> supletivo 2º grau        |

Atualmente estuda ? (s / n) \_\_\_\_\_ Série que está cursando \_\_\_\_\_

Obs.:

---



---

## Formação Profissional

Cursos	Área	Duração	Instit./empresa	Ano

Caso não tenha tido formação profissional formal:

Aprendeu algum ofício ? ( s/n ) \_\_\_\_\_

Qual

---

Como aprendeu o seu ofício ?

---



---

Que outras habilidades considera ter para oferecer no mercado de trabalho ? Como desenvolveu essas habilidades ?

---



---

Obs.:

---



---



## Experiência de trabalho e situação atual

1) Está procurando emprego pela primeira vez ? ( s/n ) \_\_\_\_\_

2) Trajetória

Função	Local	Período	Ramo atividade	Carteira Assinada
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

3) Quanto tempo ficou ou está desempregado ? \_\_\_\_\_

4) Procurou emprego desde que ficou desempregado ?

não       sim, continuamente       sim, de vez em quando

5) Como tem procurado emprego ?

anúncio de jornal       anúncios em locais de trabalho (na rua)  
 agências de emprego       indo até os locais e deixando currículo  
 através de amigos e parentes       outras formas \_\_\_\_\_

Onde procurou emprego ?

empresas privadas       empresas públicas / estatais

6) Ramo de atividade onde procurou emprego ?

<input type="checkbox"/> agropecuária, silvicultura, agricultura	<input type="checkbox"/> imobiliárias
<input type="checkbox"/> pesca	<input type="checkbox"/> prestação de serviços qual _____
<input type="checkbox"/> indústria extrativa	<input type="checkbox"/> administração pública
<input type="checkbox"/> indústria de transformação	<input type="checkbox"/> defesa
<input type="checkbox"/> energia elétrica, gás e água	<input type="checkbox"/> seguridade
<input type="checkbox"/> construção civil	<input type="checkbox"/> educação
<input type="checkbox"/> comércio que tipo _____	<input type="checkbox"/> saúde e serviços sociais
<input type="checkbox"/> alojamento	<input type="checkbox"/> serviços domésticos
<input type="checkbox"/> alimentação	<input type="checkbox"/> organismos e inst. Internac.
<input type="checkbox"/> atividades financeiras	<input type="checkbox"/> comunicação
<input type="checkbox"/> transporte	<input type="checkbox"/> outros _____

8) Que tipo de ocupação está procurando?

\_\_\_\_\_

9) Qual a origem da renda que atualmente atende ao seu sustento ?

\_\_\_\_\_

## Dificuldades de ingresso no mercado de trabalho

1) Porque você acha que não consegue uma colocação ?

- não tem escolaridade suficiente
- não tem qualificação
- idade
- sexo
- aparência
- experiência
- não foi bem no teste psicotécnico
- não passou na entrevista com o psicólogo
- outros (política econ.) \_\_\_\_\_
- não sabe

2) O que você acha que está faltando para poder ingressar no mercado de trabalho ?

- saber ler e escrever
- cursar o primeiro grau
- cursar o segundo grau
- cursar o terceiro grau

Obs.:

---

---

## Efetividade da qualificação oferecida pelo Sindicato

1) Como você tomou conhecimento do curso ?

---

---

2) Por que você fez o curso ?

---

---

3) Do que foi ensinado no curso, o que foi mais importante para você ?

---

---

4) Você está trabalhando atualmente ? (s/n) \_\_\_\_\_ Se sim, você acha que conseguiu este emprego por ter feito o curso ?

---

---

5) O curso oferecido pelo sindicato ?

- ajudou a conseguir um novo emprego. De que tipo. Em que atividade. Na mesma em que trabalhava ?
- não melhorou a possibilidade de conseguir um novo emprego
- está na mesma situação anterior ao curso
- outros \_\_\_\_\_

6) Você acha que o curso cumpriu seus objetivos? (s/n) \_\_\_\_\_ Se não, o que você acha que faltou, em que poderia ser melhorado.

---

---

7) Para você qual é a causa do desemprego ?

---

---

## Expectativas

1) Em que você gostaria de trabalhar?

---

---

---

2) O que você acha que precisa fazer para conseguir isto ?

---

---

---

3) Você acha que pode conseguir?

---

---

---

Obs.:

---

---

---